



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ADSON LUCAS GRIGÓRIO FARIAS
LAIS DE LIMALOPES

**CAPITALISMO E PANDEMIA: o surto de Covid-19 como consequência da
exploração do trabalho e do meio ambiente**

MACEIÓ
2022

ADSON LUCAS GRIGÓRIO FARIAS
LAIS DE LIMALOPES

CAPITALISMO E PANDEMIA: o surto de Covid-19 como consequência da
exploração do trabalho e do meio ambiente

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nascimento Silva.
Coorientador: Prof. Zilas Nogueira de Queiroz.

MACEIÓ
2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

F224c Farias, Adson Lucas Grigório.
Capitalismo e pandemia : o surto de COVID-19 como consequência da exploração do trabalho e do meio ambiente / Adson Lucas Grigório Farias, Lais de Lima Lopes. – 2022.
73 f.

Orientador: Adriano Nascimento Silva.
Coorientador: Zilas Nogueira de Queiroz.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 70-73.

1. Exploração da classe trabalhadora. 2. Exploração da natureza. 3. Mercantilização. 4. Degradação ambiental. 5. Coronavírus. 6. Capitalismo. I. Lopes, Lais de Lima. II. Título.

CDU: 331:504:578.834

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

DISCENTES: ADSON LUCAS GRIGÓRIO FARIAS e LAÍS DE LIMA LOPES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 27.02.2023

Título: “ **CAPITALISMO E PANDEMIA**: o surto de Covid-19 como consequência da exploração do trabalho e do meio ambiente”

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Adriano Nascimento Silva (orientador)

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANO NASCIMENTO SILVA**
Data: 18/04/2023 16:21:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Zilas Nogueira de Queiroz (coorientador)

Documento assinado digitalmente
 **ZILAS NOGUEIRA DE QUEIROZ**
Data: 31/03/2023 12:59:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Lucas Bezerra de Araújo

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS BEZERRA DE ARAUJO**
Data: 19/04/2023 09:58:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Gabriel Magalhães Beltrão

Documento assinado digitalmente
 **GABRIEL MAGALHAES BELTRAO**
Data: 03/04/2023 07:27:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Dedico essa vitória a minha prima, Elisane (in memoriam), pelo incentivo e apoio, muitas vezes quando nem eu mesmo acreditava em mim.

Sou grato a minha mãe, Vicentina, por sempre me apoiar nos momentos difíceis. Agradeço aos meus amigos, Jennifer, Jackson e Queila por serem meu suporte emocional nos tempos difíceis. Também sou grato a minha parceira no TCC, Lais, por ser compreensiva e atenciosa durante esse projeto.

Agradeço a minha psicóloga, Ruth, por sempre estar disponível nos momentos de dúvidas e tristezas. Também preciso ressaltar a importância do SUS e das Políticas de Assistência Estudantil, que são extremamente atacadas em tempos de governos neoliberais, mas que foram fundamentais para a minha formação e permanência na universidade.

Por fim, mas não menos importante, sou grato a todos os meus professores que contribuíram com a minha trajetória acadêmica, especialmente ao meu orientador, Adriano, responsável pela orientação do meu projeto. Obrigado por esclarecer tantas dúvidas, ser atencioso e paciente.

Adson Lucas Grigório Farias

AGRADECIMENTOS

Meus dias para concluir a graduação eram lutas diárias, nessas idas e vindas do interior para a capital, a princípio tranquilo, mas depois vieram tarefas que exigiam minha saída de União dos Palmares às 5:30 e o retorno somente às 23:30, dias cansativos, e no outro dia, tudo de novo... Foram dias suados que valeram a pena. E tudo se tornou mais fácil tendo ao meu lado a família que tenho. Meu agradecimento mais que especial é para minha família, minha fonte de incentivo, de dedicação e de apoio.

Minha sincera gratidão a todos que contribuíram e ainda contribuem para o meu crescimento pessoal e profissional. Em especial para minha avó Lica, a melhor voinha do mundo, te amo pra todo sempre. A minha mãe Telma, tia Cida e ao meu amado pai Genivaldo (in memoriam). Obrigada por me apoiarem, obrigada por se dedicarem, obrigada por me amarem. TUDO que construí e ainda construirei devo a vocês.

Meus agradecimentos também vão para meu amigo de graduação e companheiro de TCC, Adson, e ao nosso orientador, professor Adriano, obrigada por nos guiar nessa jornada.

Por fim, agradeço a Deus por todas as oportunidades que tenho em minha vida, e nesse momento, ressalto o privilégio de ter sido aluna do Instituto Federal de Alagoas e em seguida, da Universidade Federal de Alagoas. Obrigada políticas públicas por me conceder o privilégio de ter em minha jornada acadêmica e pessoal o ensino público federal como base.

Com muito orgulho,

Lais de Lima Lopes

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma reflexão teórica acerca da dupla exploração do capitalismo sobre a força de trabalho da classe trabalhadora e da natureza, no qual serão apresentados os fatores fundamentais para manutenção desse modo de produção, assim como, suas consequências à sociedade, e em especial aos pertencentes da classe trabalhadora. A exploração da classe trabalhadora é um assunto muito discutido no meio acadêmico do serviço social, mas concomitantemente a essa exploração, também há exploração da natureza de forma intensificada, sendo explorada em um ritmo mais rápido do que a sua regeneração natural, acarretando severas consequências. Em estudos bibliográficos aos quais tivemos acesso em meio ao cenário pandêmico da covid-19 que estamos vivendo desde o início do ano de 2020, foi identificado que no modo de produção capitalista é mais suscetível para o desenvolvimento e expansão de novas doenças infecciosas. Nesse contexto, o SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19, teve um espaço especial em nossa discussão, mediante os efeitos devastadores que a infecção do novo coronavírus causou sobre os trabalhadores. O estudo foi realizado através de revisão de literatura, de autores consagrados, destacando o biólogo evolucionista Rob Wallace, no qual trouxemos seus estudos como base para nossa discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Exploração da classe trabalhadora; Exploração da natureza; Mercantilização; Destruição ambiental; Coronavírus; Capitalismo.

ABSTRACT

The present work is a theoretical reflection on the double exploitation of capitalism on the work force of the working class and nature, in which the fundamental factors for maintaining this mode of production will be presented, as well as its consequences for society, and especially those belonging to the working class. Exploitation of the working class is a much-discussed subject in the academic field of social work, but concomitantly with this exploitation, there is also exploitation of nature in an intensified way, being exploited at a faster pace than its natural regeneration, with severe consequences. In bibliographic studies that we had access to in the midst of the covid-19 pandemic scenario that we have been experiencing since the beginning of 2020, it was identified that the capitalist mode of production is more susceptible to the development and expansion of new infectious diseases. In this context, SARS-CoV-2, which causes the disease Covid-19, had a special place in our discussion, due to the devastating effects that the infection of the new Coronavirus causes don workers. The study was carried out through a literature review, by renowned authors, highlighting the evolutionary biologist Rob Wallace, in which we brough this studies as the basis for our discussion.

KEYWORDS: Exploitation of the working class; Exploration of nature; Mercantilization; Environmental destruction; Coronavirus; Capitalism.

LISTA DE SIGLAS

AMATRA - Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho

EUA - Estados Unidos da Américas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPE - Instituto Nacional de Estudos Espaciais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISO - Organização Internacional de Normalização

MPC - Modo de Produção Capitalista

OMS - Organização Mundial de Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E DESTRUIÇÃO AMBIENTAL.....	11
2.1 Mercadoria e produção mercantil.....	12
2.2 Valor de uso e valor de troca.....	17
2.3 A lei do valor.....	19
2.4 Trabalho abstrato e trabalho concreto	21
2.5 A produção de mais valor.....	24
2.6 O processo de mercantilização do trabalho e o rompimento do metabolismo social....	28
3 AS CRISES E AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO	33
3.1 A tendência à queda da taxa média de lucro	33
3.2. As crises capitalistas e o ciclo econômico.....	36
3.3 A crise estrutural do capital.....	41
3.4 As crises capitalistas e os efeitos sobre os trabalhadores.....	42
3.5 As crises capitalistas e a produção destrutiva	44
3.6 As contradições do capitalismo e a crise ambiental	46
4 A CRISE AMBIENTAL E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.....	50
4.1 Produção destrutiva, agronegócio e doenças infecciosas	50
4.2. Agronegócio e coronavírus	55
4.3 Os efeitos devastadores da crise do coronavírus sobre os trabalhadores.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

Segundo o site da Organização Pan-Americana de Saúde (2020), a OMS (Organização Mundial de Saúde) foi alertada sobre o aumento de casos de Pneumonia, em Wuhan, na China, no dia 31 de dezembro de 2019. No entanto, após uma semana foi identificado um novo tipo de Coronavírus, o SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19.

Não é a primeira vez que uma emergência internacional de saúde é declarada. Em 25 de abril de 2009 houve a pandemia de H1N1, em 5 de maio de 2014 houve a disseminação internacional do Poliovírus, em 8 de agosto de 2014 houve o surto de Ebola na África Ocidental, em 1 de fevereiro de 2016 houve o Vírus Zika e em 18 de maio de 2018 houve o surto de Ebola na República Democrática do Congo, segundo o site da Organização Pan-Americana de Saúde (2020).

De acordo com o site Agência Brasil (2021), o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no Brasil no final de fevereiro de 2020, entretanto, neste período a doença já havia atingido vários países europeus. No dia 20 de março, o Ministério da Saúde publicou uma portaria confirmando a contaminação comunitária do Covid-19 no Brasil. Somente em 06 de agosto de 2020 foi assinada a Medida Provisória 994/2020, que destinava R\$1,9 bilhão para viabilizar a produção e aquisição da vacina contra a covid-19.

Segundo o site Coronavírus Brasil (2022), no país existem 34.908.198 casos confirmados de Covid. Os óbitos já contabilizam 688.656, com incidência de 16611,3 para cada 100 mil habitantes e 327,7 de mortalidade para cada 100 mil habitantes. Dados do dia 11/11/2022.

Nesta perspectiva, diante do enorme número de mortos em decorrência da Covid-19, percebe-se a necessidade de investigar as possíveis causas do aumento do número de epidemias e pandemias que assolam o mundo e vitima milhares de pessoas.

Portanto, questiona-se: Seria o modo de produção capitalista responsável pelo aumento do número de epidemias e pandemias no mundo?

Nesse sentido, o objetivo geral do nosso TCC é analisar as causas do aumento de epidemias e pandemias no mundo.

Para tanto, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: mostrar as consequências da exploração do trabalho e do meio ambiente; averiguar as crises e contradições do capitalismo e pesquisar sobre a crise ambiental e o Coronavírus.

A pesquisa partiu da hipótese de que já existia o surgimento de doenças infecciosas causadoras de epidemias em todo o mundo, porém, a partir do surgimento do modo de produção capitalista, e por consequência aumento da degradação ambiental e exploração do trabalho, essas doenças passaram a ser desenvolvidas e expandidas em uma proporção mais elevada.

Neste sentido, para viabilizar o teste da hipótese, realizou-se uma pesquisa de finalidade aplicada, objetivo explicativo, com abordagem quali-quantitativa e realizada com procedimentos bibliográficos e documentais.

O estudo foi realizado através de revisão de literatura, de autores consagrados, como Karl Marx, José Paulo Netto, Marcelo Braz, Gessyca Baracho, Rob Wallace, dentre outros. Em nossa pesquisa destacamos o biólogo evolucionista Rob Wallace, no qual trouxemos seus estudos como base para nossa discussão, principalmente quando nos adentramos na relação do capitalismo com o surgimento de novas doenças infecciosas. Também colocamos em pauta a infecção do novo coronavírus, por se tratar de uma pandemia atual, e pelos efeitos devastadores que a infecção do novo coronavírus causou aos trabalhadores.

2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

2.1 Mercadoria e produção mercantil

De acordo com Marx, em *O Capital: crítica da economia política*, a mercadoria é a engrenagem fundamental para reprodução e desenvolvimento do capitalismo. Nesse sistema, a produção de mercadorias é realizada através da exploração da classe trabalhadora e da destruição predatória da natureza.

Logo nas primeiras páginas de *O Capital*, Marx afirma que:

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria (MARX, p. 157).

O ponto de partida da análise da sociedade contemporânea tem que ser, portanto, a mercadoria individual, como forma elementar da sociedade. Mas antes de prosseguirmos, é importante termos em conta outra questão básica da análise marxiana: a dialética da *aparência* e da *essência* como chave para se compreender a sociedade contemporânea. Marx usa essa noção por toda sua obra. Fica claro assim que há uma distinção entre o que é e o que aparenta ser, ou seja, entre essência e fenômeno. Portanto há uma realidade que subjaz aquilo que a aparência superficial pode indicar. Porém, em Marx, a aparência ou o fenomênico não é algo aleatório ou uma construção fruto de uma maquinação ideológica. A aparência da sociedade como uma grande coleção de mercadorias é a forma concreta de existir dos homens na sociedade capitalista. Por ser aparência não significa que é falso. É a forma apenas imediata do ser social se manifestar na sociedade capitalista. As experiências concretas dos homens e mulheres em seu cotidiano na sociedade capitalista é perpassada pela forma mercadoria e devido a isso a imediaticidade capitalista é tomada como natural.

Feita esta advertência, cabe questionar: o que é, em essência, a mercadoria? Na trilha de Marx, Netto e Braz (2006), em *Economia Política*, afirmam que mercadoria, antes de tudo, “é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual - a

sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso" (2006, p. 79). Segundo nossos autores, um produto não é uma mercadoria, ele se torna uma. Para que isso ocorra, é necessário haver alguns requisitos:

Só constituem mercadorias aqueles valores de uso que podem ser reproduzidos, isto é: produzidos mais de uma vez, repetidamente. [...] Em segundo lugar, porque a mercadoria é um valor de uso que se produz para troca, para venda; os valores de uso produzidos para o autoconsumo dos produtos não são mercadorias - somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais de outrem e, portanto, sejam requisitadas por outrem, constituem mercadoria; está, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu valor de troca). Assim, portanto, a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca (NETTO e BRAZ, 2006, p. 79-80).

Netto e Braz apontam também que na produção de mercadorias deve haver de antemão uma divisão social do trabalho entre os produtores. Para que haja a produção de diferentes mercadorias, outro requisito apontado pelos autores é a propriedade privada, "para que a mercadoria possa ser comprada e vendida é necessário ter um dono, para que determinado indivíduo seja dono da mercadoria, ele precisa ser dono dos meios de produção" (2006, p. 80). Portanto, os produtos são considerados mercadorias apenas no modo de produção capitalista. Isto é, nas formações sociais pré-capitalistas, as produções realizadas pelos trabalhos dos artesãos e camponeses não estavam necessariamente voltadas para o mercado, não eram produzidas para que fossem intercambiadas.

Nos modos de produção pré-capitalistas, os artesãos e camponeses eram possuidores dos meios de produção, não obtendo na produção a exploração da força de trabalho, "o camponês trabalhava solidariamente com membros da sua família e o mestre-artesão compartilhava as condições de trabalho e vida de seus aprendizes e jornaleiros [...] aprendizes e jornaleiros seriam os futuros mestres" (Netto & Braz, 2006, p. 81).

Nesse período, os produtos eram desenvolvidos a partir das necessidades dos compradores, em um mercado local e restrito, não havendo interesse por lucro, pois os indivíduos tinham como objetivo adquirir uma mercadoria que necessitava e não produzia. No modo de produção mercantil, o dinheiro servia como forma de obter outra

mercadoria e não tendo como objetivo o acúmulo de capital, como ocorre em uma sociedade mercantil complexa como a capitalista.

Importante notar que a existência de sociedades mercantis, ou melhor, a dominância do modo de produção mercantil simples foi excepcional na história. Apenas existiu na Nova Inglaterra (entre 1600 e 1750), entre os bôers da África do Sul (de 1600 a 1880) e na Oceania (Austrália e Nova Zelândia) (Amin, 1976, 16-17). Temos, portanto, que em raríssimas formações sociais houve uma predominância de uma produção mercantil simples (D-M-D). Nas formações sociais pré-capitalistas, apenas os produtos que incorporavam o excedente podiam se revestir da forma mercadoria. Em todos eles, a subsistência não é objeto de trocas (daí serem considerados economias de subsistência) e o excedente é objeto de circulação não mercantil (sendo extraído de maneira direta ou por tributo ou renda em gêneros). Nas formações sociais capitalistas, nas quais a dominância é da produção mercantil capitalista (D-M-D'), toda a produção é de mercadorias, o excedente irá se revestir *necessariamente* da forma de mercadoria.

Observa-se, assim, uma mudança qualitativa e não apenas quantitativa no processo de produção de mercadorias das formações sociais pré-capitalistas para a formação capitalista. Braz e Netto, na obra já citada, houve mudanças nas bases da mercantilização como consequência da ampliação das rotas comerciais. Com a ampliação das atividades comerciais, também houve um crescimento do emprego do dinheiro, os comerciantes passaram a comprar mercadorias em um determinado valor, e vender por um preço mais alto, neste momento, os comerciantes passaram a adquirir mais dinheiro ao final do ciclo de compra e venda (D-M-D+).

Com a demanda de mercadorias aumentada e com a expansão do emprego do dinheiro, foram se modificando as condições gerais que contextualizam a produção mercantil simples. A ampliação das atividades comerciais e a constituição de mercados cada vez maiores e afastados alterou aquele quadro (NETTO e BRAZ, 2006, p. 82).

A ampliação e robustecimento dos mercados não conduzem, no entanto, a universalização das trocas mercantis nem tampouco a transição imediata para a sociedade capitalista. O processo apenas começa a se direcionar em sentido capitalista quando a mercantilização atinge a proletarização da classe trabalhadora.

Ou seja, a ação do comércio é um momento necessário para a transição das formações pré-capitalistas para uma formação capitalista; necessário, mas não suficiente. Neste sentido, Carlos Alonso Oliveira nos diz:

Vale dizer: o regime feudal é dissolvido pela ação do capital comercial, mas a conformação da estrutura que resulta desse processo - a economia de pequenos produtores independentes - não dependeu do comércio, mas sim da natureza do regime de produção feudal. Da mesma forma, se o surgimento do trabalho assalariado exige certo grau de mercantilização da produção, não é, entretanto, resultado imediato deste processo, mas é condicionado pela própria maneira como a economia de produtores independentes absorve os impactos do desenvolvimento mercantil (OLIVEIRA, 1985, p.21).

A afirmação acima é importante para não nos deixarmos seduzir por explicações teleológicas do desenvolvimento capitalista, e assim praticarmos uma espécie de marxismo smithiano. É certo que o processo de desenvolvimento do capital mercantil e usurário subordina e transforma com força e progressivamente a produção, mas não gera de *per se* uma alteração qualitativa. As transformações ocorrem em balizas bem definidas, respondendo a limites, não significando revolução nas condições de produção, como Netto & Braz parecem afirmar no trecho seguinte:

A antiga solidariedade de pares se dissolveu e dos mestres emergiu uma camada de patrões. Também os camponeses que destinavam seus excedentes para o mercado foram impactados: uma minoria enriqueceu e a maioria se arruinou. Já no século XVIII, a produção mercantil simples viu-se deslocada pela produção mercantil capitalista (NETTO e BRAZ, 2006, p. 83).

É apontado pelos autores que a partir do enriquecimento de uma pequena quantidade de camponeses, que deu-se origem à futura burguesia, e posteriormente deu início ao sistema capitalista. Essa visão, ao nosso ver, é equivocada. A circulação mercantil capitalista, expressa na seguinte fórmula: $D \rightarrow M \rightarrow D'$ (Dinheiro \rightarrow Mercadoria \rightarrow Dinheiro acrescido), apenas substitui como dominante a equação $D - M - D+$ quando se opera uma transformação qualitativa, revolucionária, classificada por Marx como acumulação originária de capital, isto é, quando as relações sociais de produção são qualitativamente revolucionadas e os trabalhadores e as trabalhadoras encontram-se no mercado, “livres como pássaros”, dispostos (compulsoriamente) a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Mas, atenção: o D' que o capitalista obtém ao fim do processo é inteiramente diverso do D+ obtido pelo comerciante; se este advém da diferença entre os preços de compra e venda, o D' embolsado pelo capitalista provém de um acréscimo de valor gerado, na produção, pela intervenção da força de trabalho; D+ é dinheiro + lucro; D', de onde sai o lucro do capitalista é dinheiro + mais-valia (NETTO e BRAZ, 2006, p. 84).

Uma das diferenças existentes entre o modo de produção mercantil simples e o modo de produção mercantil capitalista, é que nesse último, é criado lucro na esfera da produção da mercadoria, através da exploração da força de trabalho, a qual é comprada pelos capitalistas através do salário. Nesse novo modelo de produção, os proprietários das mercadorias são os donos dos meios de produção, agora, comprando a força de trabalho dos artesãos e camponeses, que foram expulsos de suas terras e passaram a não possuírem nada para vender, além da sua força de trabalho, portanto, os donos das mercadorias, já não são os responsáveis por suas produções, como era anteriormente no modo de produção mercantil simples. No modo de produção capitalista, o dinheiro passa a ter outro significado, antes tratado como um intermediário entre uma mercadoria e outra, assim como também difere do momento em que o "lucro" era retirado através da venda mais cara de uma mercadoria comprada anteriormente por um menor valor:

Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provém da circulação: sua origem está na *exploração do trabalho* - reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista (NETTO e BRAZ, 2006, p. 83).

O modo de produção capitalista mercantilizou a vida humana e as relações sociais, nesse cenário a força de trabalho também passa a ser tratada como uma mercadoria. O trabalho humano passou a ser mero instrumento para produções das mercadorias, passando a produzir não mais para suprir as necessidades pessoais, mas agora em resposta às necessidades do mercado, em prol da acumulação capitalista.

Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura os conjuntos das relações sociais: as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas - tudo é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos. O modo de produção capitalista *universaliza* a relação mercantil (NETTO e BRAZ, 2006, p. 85).

Ou seja, o mercado gira em torno da reprodução do capital, e não mais em torno das necessidades básicas da sociedade. A ampliação das privatizações dos bens públicos é uma consequência da mercantilização dos bens essenciais, no qual departamentos de direito público, que prestam serviços públicos, passam cada vez mais a pertencer a propriedade privada, que por regra, sempre visam o lucro. Na mercantilização capitalista tudo que é produzido é visando o lucro, nesse contexto, acesso a bens essenciais para vida humana, como o acesso à saúde, à água, à energia, também tornam-se mercadorias. Essas mercadorias que possuem valor de uso essencial para a sociedade, passam a ter um valor de troca muitas vezes inacessíveis à sociedade.

2.2 Valor de uso e valor de troca

De acordo com Carcanholo, em *Capital: essência e aparência* (2011), Valor, Valor de uso e Valor de troca, são conceitos diferentes, "é indispensável dizer, desde já, que valor e valor de troca são conceitos total e completamente diferentes" (CARCANHOLO, 2011, p.13).

Valor é o que é empregado em determinado produto através do trabalho, considerando que o trabalho possui a capacidade de transformação da natureza. Com a interlocução do homem com a natureza, o homem passou a produzir mercadorias, dando-lhes valor. Posteriormente os bens produzidos pelos homens passaram a ter um valor de uso, e com isso, tiveram a capacidade de possuir um valor de troca. No entanto, o valor difere do valor de troca por ser um aspecto presente na relação de troca, um acordo substancial social, onde consensualmente a sociedade concorda com o valor daquela mercadoria.

[...] o valor não é uma propriedade natural da mercadoria, isto é, o objeto que constitui a mercadoria não possui por sua própria natureza essa propriedade ou característica; trata-se de uma propriedade social; é-lhe entregue à mercadoria pela sociedade e somente pelo fato de esta última estar organizada de maneira mercantil ou capitalista (que é uma sociedade mercantil mais desenvolvida) (CARCANHOLO, 2011, p.14).

Valor de uso é a utilidade que aquele bem produzido passa a ter, por exemplo, através da interlocução do homem com a natureza, o homem transforma a madeira em uma cadeira, portanto, através da capacidade de trabalho, foi gerado um valor naquela matéria-prima, que passou também a ter um valor de uso para as pessoas, a matéria-prima foi transformada em uma mercadoria útil para sentar e/ou para descansar. A mercadoria possuindo valor de uso, ela passa a ter capacidade para o valor de troca. Nesse contexto, na fase pré-capitalista, podemos considerar ainda a inexistência e, posteriormente baixa, utilização do dinheiro para adquirir uma mercadoria (fase mercantil simples), então o modo existente para obter mercadorias é através da troca de mercadorias (escambo), aqui, a mercadoria passa a ser equiparada a outras mercadorias. O parâmetro utilizado para troca é o tempo médio de trabalho socialmente necessário, ou seja, se a média de tempo necessário para produção de uma cadeira for de 2h, ela terá a capacidade de ser trocada por uma outra mercadoria que tenha a equivalência de tempo, exemplo, se o tempo socialmente necessário para produzir um (01) vestido é de 1h, a cadeira poderá ser trocada por dois (02) vestidos, assim como, dois (02) vestidos poderão ser trocados por uma (01) cadeira.

No modo de produção capitalista, o valor de troca de determinada mercadoria passou a ser expressa no dinheiro como equivalente universal, o que se chama preço, como explica Carcanholo

O valor de troca de uma determinada mercadoria é a proporção de troca que ela realmente estabelece com outra mercadoria qualquer. Na sociedade mercantil algo desenvolvida e, obviamente, no capitalismo, o valor de troca entre duas mercadorias é normalmente intermediado pelo dinheiro (CARCANHOLO, 2011, p.14).

Porém, apesar da função importante do dinheiro no modo de produção capitalista, a determinação teórica da natureza da riqueza capitalista indica que a riqueza está para além de ter dinheiro sobrando, a riqueza, no modo de produção capitalista, está atrelada ao poder de consumo, portanto, de possuir mercadoria, considerando que no modo de produção capitalista tudo se transforma em mercadoria.

A mercadoria, como se sabe, está constituída por dois aspectos ou dois pólos: o valor de uso e o valor. Sendo este último, na sociedade capitalista (mercantil desenvolvida), o pólo dominante, ele constitui, na verdade, através de sua

grandeza, a magnitude da riqueza social produzida. Por isso é que podemos associar a riqueza em nossa sociedade com o valor e este, como propriedade de uma determinada mercadoria, representa a riqueza reconhecida pela sociedade como engendrada no momento da sua produção (CARCANHOLO, 2011, p.15).

Nesse sentido, entende-se que na sociedade capitalista é o valor contido em determinada mercadoria que representa o nível de riqueza que determinada pessoa detém, como por exemplo um carro ou uma casa.

2.3 A lei do valor

De acordo com Braz e Netto, em *Economia Política: uma introdução crítica* (2006), o funcionamento da lei do valor é a lei econômica que se aflorou no modo de produção mercantil. O modo de produção capitalista também é considerado um modo de produção mercantil, pois, esta última estabelece a produção e troca das mercadorias, situação a qual podemos identificar como fator importante no modo de produção capitalista.

Essa é a chamada lei do valor que, como todas as leis econômicas-sociais, não é a-histórica ou supra-histórica, mas tem um âmbito de validade determinado: ela impera no marco da produção mercantil (e não se esqueça o leitor de que o modo de produção capitalista, dominante na sociedade em que vivemos, é aquele em que a produção mercantil mais floresceu e se generalizou. Em poucas palavras: A lei do valor passou a regular as relações econômicas quando a produção mercantil, sob o capitalismo, se universalizou (NETTO e BRAZ, 2006, p. 90).

Os valores das mercadorias são definidos através do trabalho socialmente necessário para produção da mercadoria. Esse trabalho, anteriormente na sociedade pré-capitalista, era desenvolvido pelos próprios artesãos e camponeses, nos quais eram donos da produção e, portanto, donos das mercadorias que produziam. Posteriormente, no modo de produção capitalista, o trabalho realizado para produção das mercadorias passou a ser oriundo da venda da força de trabalho da classe trabalhadora, que agora não tem nada para vender, a não ser sua força de trabalho, portanto, agora já não são mais donos dos meios de produção, tampouco das mercadorias produzidas.

O valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigida para sua produção (trabalho socialmente necessário); tal valor pode manifestar-se quando mercadorias diferentes são compradas no processo de troca - isso é, através do valor de troca: é na troca que o valor das mercadorias se expressa. (NETTO e BRAZ, 2006, p. 88).

De acordo com Marx, em “O capital” (1867), a mercadoria é formada pela junção do valor e do valor de troca. No capitalismo, o valor torna-se o termômetro para medir a magnitude da riqueza social produzida. Já o valor da mercadoria é determinado pelo seu poder de compra e para determiná-lo é necessário considerar a quantidade de trabalho socialmente necessário que foi utilizado para produzir aquela mercadoria, como afirma Carcanholo:

[...] ao mesmo tempo em que o valor é a riqueza na época capitalista, consiste no já mencionado poder de compra da mercadoria que o possui. Esse poder pode ser maior ou menor dependendo da quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. No entanto, a continuidade da análise revelará que o valor não é o seu real poder de compra; esse poder real, embora conformado fundamentalmente pela riqueza que ela representa, encontra-se alterado por certas determinações (CARCANHOLO, 2011, p.15).

O valor de uma mercadoria é determinado por 3 fatores, sendo eles, o poder de compra real, o poder de compra original e o poder de compra efetivo (estabelecido pelo mercado).

O poder original (determinado diretamente pelo valor), o poder real (que difere do anterior por determinações estruturais do sistema) e o poder efetivo (caracterizado pelo preço de mercado) que flutua no dia a dia em torno do poder real em razão de determinações circunstanciais da oferta e da demanda (CARCANHOLO, 2011, p.16).

Portanto, o valor não é determinado somente pela quantidade média de trabalho realizado, também não é definido pelo seu valor de uso. No modo de produção capitalista, entre os fatores determinantes para o valor de troca das mercadorias, além dos acima citados, também está o fetichismo pela mercadoria, criado pelo próprio sistema capitalista, em prol da reprodução do capital, situação na qual Marx aponta, em “O capital” que através de mecanismos utilizados pelo capitalismo, a mercadoria “cria vida própria” e passa a ter uma valorização maior em seu valor.

O fetichismo é mecanismo regulador das relações sociais na sociedade capitalista, permite o funcionamento e a regulação indireta do processo de produção, da distribuição e da apropriação por meio do mercado. Além disso,

o fetichismo é um fenômeno indispensável na preservação da ordem capitalista (CARCANHOLO, 2011, p.94).

Um exemplo da lei do valor aplicada em nosso cotidiano são os preços dos produtos que demandam a mesma média de tempo de trabalho social para serem produzidos, mas com a influência de fatores externos passam a ficar superfaturados, como por exemplo uma maquiagem de marca comum e uma maquiagem assinada pelas Kardashians.

[...] ao contrário, na realidade vamos encontrar preços que não correspondem aos valores, de maneira que diferem entre si o poder efetivo e o poder de compra original (o valor) da mercadoria. Assim, os preços de mercado se distanciam, mais ou menos, desses preços correspondentes aos valores, fazendo com que o poder original de compra não se efetive exatamente. Que implicação tem isso? A consequência é que os produtores de determinada mercadoria se apropriarão de magnitude de valor diferente daquela que produziram (CARCANHOLO, 2011, p.17).

A lei do valor, existente no modo de produção capitalista, estabelece a produção e troca de mercadorias, de modo a fortalecer a concorrência entre os produtores, quando um dos fatores determinantes do valor de troca das mercadorias é através do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção. Essa concorrência entre os produtores intensifica o trabalho da mão de obra da classe trabalhadora, que passam a trabalhar de modo a acompanhar a velocidade das máquinas, ou seja, em resposta ao mercado capitalista há intensificação da exploração da classe trabalhadora.

Dada uma quantidade determinada de horas de trabalho por dia, a intensificação consiste em elevar o ritmo de trabalho dos trabalhadores, de maneira que se produza um volume maior de valores de uso, no mesmo tempo. Uma representação fantástica desse fenômeno aparece no filme "Tempos modernos" de Charles Chaplin, quando o capataz da fábrica aciona alavancas e aumenta a velocidade da esteira de produção fazendo com que os trabalhadores operem com mais rapidez. O trabalhador sendo engolido pela máquina é uma imagem de maior significação (CARCANHOLO, 2011, p.138).

2.4 Trabalho abstrato e trabalho concreto

Segundo Lessa, no livro “O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade” (2005), é através da evolução do macaco em homem, que o homem passa a desenvolver habilidades para produção de instrumentos para sua sobrevivência, ultrapassando os instintos animais. Nessa circunstância, paralelamente, os seres humanos passaram a interagir e a fortalecer o ser social, portanto, o trabalho funda o ser social. A consciência tem papel importante na transformação do macaco para o homem, pois é através dela que o homem vai se afastando dos instintos animais, sendo capazes de refletir suas ações e determinar metas a qual deseja alcançar.

O trabalho é o intercâmbio do homem com a natureza, de modo o qual o homem vai transformando a natureza, ele também vai se transformando. O trabalho, nesse aspecto, é apresentado como responsável pela evolução civilizatória do ser humano, sendo caracterizado como trabalho fundante do ser social. Nesse avanço, o trabalho passa a interligar-se com as relações sociais, pois, é a partir dele que são criadas relações de poder, ou seja, da exploração, quando um homem passa a explorar a mão de obra do outro homem com o objetivo de acumular riquezas.

De acordo com Lessa, em “Ética, Política e Serviço Social” (2005), a revolução Neolítica, após a descoberta da agricultura, descobrimento do fogo, domesticação de animais e o aperfeiçoamento de técnicas, os homens passaram a produzir além do necessário para subsistência e o que sobrava eles começaram a comercializar:

Com a Revolução Neolítica, uma classe social passa a explorar a outra classe: isso é a sociedade de classes. E a propriedade privada é esta relação social que faz com que o trabalho de um indivíduo possa ser apropriado por outro como sendo sua propriedade. A propriedade privada não são as coisas, mas a relação de exploração do homem pelo homem que se funda no poder econômico, isto é, o poder do que "se tem" passa a predominar sobre o que "se é"; é o predomínio do "ter" sobre o "ser" na conhecida expressão dos Manuscritos de 1844 de Karl Marx (LESSA, 2005, p. 03).

Assim, foi começando a determinados grupos das comunidades desenvolverem os excedentes, dando início a ascendência de um grupo sobre o outro, por consequência, deu início à exploração do rico sobre o mais pobre. A relação de exploração entre classe dominante sob a classe dominada perpassou pelo período da escravatura, na relação entre escravo e senhor de escravo; no feudalismo, na relação entre senhores feudais e servos; até os dias atuais, no modo de produção capitalista,

no qual a dominação de uma classe sobre a outra se camufla na relação capitalista x vendedor da força de trabalho.

A história do capitalismo demonstra que a sua existência é definida pelo artifício da acumulação. Esse método, presente desde a pré-história do capitalismo, a partir da chamada acumulação primitiva, é baseado numa ampla gama de processos violentos e predatórios que deram as condições básicas para o desenvolvimento da produção capitalista (ZACARIAS, 2011, p. 2).

Segundo Marx, em *O capital* (1867), a acumulação primitiva é o processo histórico da separação do produtor dos seus meios de produção. O momento no qual os camponeses foram expulsos de suas terras e não tiveram nada para vender além da sua força de trabalho, é considerada a fase que antecede o capitalismo, é a pré-história do capital. Nesse período, foi aplicada a Legislação Sanguinária aos camponeses como forma de obrigar a vender sua força de trabalho, sendo suscetíveis até à execução em casos de não arrumar um trabalho. Essa separação do produtor dos seus meios de produção concedeu as condições necessárias para a estruturação do modo de produção capitalista.

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias: de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhe pertencem, como por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. [... Trata-se do] processo de separação do trabalhador da propriedade das das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1984, I, 2: 262 apud NETTO e BRAZ, 2006, p. 86).

Braz e Netto, no livro *Economia Política: uma introdução crítica* (2006), apresentam a diferença existente na base do trabalho realizado pelo homem, são abordadas as bases de dois polos denominados como *trabalho concreto* e *trabalho abstrato*.

O trabalho concreto (ou trabalho útil) é a definição para o trabalho desenvolvido pelos seres humanos com o objetivo de produzir para satisfazer socialmente as suas

necessidades físicas e espirituais. Neste modo, é entregue ao produto *valor de uso*, e não há visões capitalistas, produção em excedentes, ou objetivo de lucro.

O trabalho que cria valor de uso é trabalho concreto (trabalho útil) [...] a criação de valores de uso é uma condição necessária à existência de qualquer sociedade, isso significa que toda sociedade exigirá trabalho concreto de seus membros (NETTO e BRAZ, 2006, p. 105).

A concepção de Trabalho concreto é diferente da concepção do Trabalho abstrato, pois esse último tem origem na exploração do homem sobre o homem. Para melhor especificar a exploração da classe burguesa sobre a classe trabalhadora, esta exploração tem como objetivo a acumulação de riquezas retiradas através da mais-valia. Esse modo de trabalho entrega para mercadoria o *valor de troca*, portanto, esse modo de trabalho foi determinante para a mercantilização capitalista.

Ao examinarmos a mercadoria [...] constatamos que ela não é apenas valor de uso: é também valor de troca - e, para ser trocada, precisa ser comparada: quando o sapateiro leva ao mercado os seus sapatos para trocá-los por tecidos, há que se comparar-se o trabalho do sapateiro com o do tecelão. Essa comparação, necessária para a troca, realiza-se com a eliminação das particularidades das diversas formas de trabalho e com a sua redução a um denominador comum, àquilo que todas as formas de trabalho têm entre si: o fato de todas implicarem um dispêndio de energia física e psíquica - [...] quando o trabalho concreto é reduzido a condições de trabalho em geral, tem-se **trabalho abstrato** (NETTO e BRAZ, 2006, p. 105).

No modo de produção capitalista, onde há universalização da mercantilização, "também se universaliza a redução do trabalho concreto a trabalho abstrato" (Netto e Braz, 2006, p. 105). É a partir do trabalho abstrato que é gerada a mercadoria possuidora do valor de uso e de troca, fruto da exploração da classe dominante sobre a classe dominada.

2.5 A produção de mais valor

Pela busca cada vez maior por lucro, os capitalistas vivem em constante procura por meios para expandir o capital, e é através da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e da natureza que os capitalistas encontram meios para alcançar tal objetivo.

O capitalista, possuidor dos meios de produção, investe seu dinheiro nos meios necessários para a produção da mercadoria (máquinas, matérias-primas, insumos,

instalações, reparações e força de trabalho dos operários). Exceto a capacidade da força de trabalho, as demais mercadorias utilizadas para a reprodução de outra mercadoria não produzem valor, ou seja, “seu valor não variará no processo de produção: ele apenas será transferido à mercadoria a ser produzida” (Netto e Braz, 2006, p. 99).

É com **D** (capital sob forma de dinheiro) que se inicia a produção capitalista. Seu possuidor, o capitalista (que pode ser um sujeito individual / uma pessoa ou coletivo / uma sociedade construída por várias pessoas), compra **M**, isto é, um conjunto de mercadorias, para dar curso a um processo de reprodução (**P**) que se conclui quando está pronta a mercadoria que o capitalista pretende vender (**M'**); quando essa mercadoria é vendida (dizem os economistas: quando ela se *realiza*), o capitalista obtém **D'** (recupera o dinheiro que investiu, acrescido da mais-valia) (NETTO e BRAZ, 2006, p. 98).

Marx diferencia os meios do processo de produção em duas categorias, em Capital constante e Capital variável. O capital constante são as máquinas – denominado também, como trabalho morto. Aliada ao avanço tecnológico, a classe capitalista passa a investir cada vez mais no capital constante, a instauração de máquinas tem papel importante na produção em excedente em menos tempo, além da intensificação do trabalho e redução do emprego de trabalhadores – os que continuam empregados trabalham de forma mais intensificada, sendo comandados pelo ritmo das máquinas. O capital constante, irá determinar a velocidade da produção, porém, não é o responsável pelo lucro do capitalista, essa função é exclusivamente do capital variável.

A relação entre capital constante e capital variável denomina-se como composição orgânica do capital [...] Diz-se que é **alta** a composição orgânica do capital quando é maior a proporção do capital constante e **baixa** quando é maior a do capital variável (NETTO e BRAZ, 2006, p. 102).

O capital variável advém da força de trabalho do operário, a qual é considerada também mercadoria, e possui a capacidade de gerar outras mercadorias. Este é denominado como variável por possuir capacidade de gerar valor maior do que seu próprio valor “cria excedente que se altera conforme as condições do processo de trabalho” (Netto e Braz, 2006, p. 101).

E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) - e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor

de troca e se apropria de todo seu valor de uso (NETTO e BRAZ 2006, p. 100).

Os capitalistas compram a capacidade de força de trabalho da classe trabalhadora – através do salário –, com isso passam a adquirir o direito sobre suas produções realizadas no período da jornada de trabalho.

A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor que aquele necessário à sua produção/reprodução, valor esse expresso no salário; assim mesmo pagando o valor de força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente (a mais-valia, fonte do seu lucro) (NETTO e BRAZ, 2006, p. 101).

Durante a jornada de trabalho de 8 horas diárias, por exemplo, 5 horas de trabalho são suficientes para que o trabalhador produza o suficiente para arcar com os custos da produção e nas outras 3 horas o capitalista extrai a mais-valia e se apropria do que é produzido, denominado trabalho necessário e trabalho excedente, que determina a taxa de mais-valia.

Segundo Marx, em “O capital” (1867), para o capitalista lucrar não é preciso aumentar o preço de suas mercadorias, pois seu lucro é extraído na produção dos excedentes e das horas de trabalho não pagas. Investir em máquinas irá aumentar a produtividade, com isso irá baratear a mercadoria. Se aumentar o preço da mercadoria, menos pessoas irão comprar ou passarão a comprar mercadorias dos concorrentes do capitalista que está vendendo a mercadoria por um valor mais baixo.

Quanto maior é a **força produtiva** do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor (MARX, Livro I: O capital, p. 100).

Existem duas formas existentes da mais-valia: *Mais-valia absoluta* e *mais-valia relativa*. Na mais-valia absoluta, para que seja aumentada a lucratividade, o capitalista vai intensificar ao máximo a jornada de trabalho do trabalhador para maior geração do excedente, utilizando estratégias como intensificar o tempo de trabalho exigido, cronometrando o tempo de cada atividade exercida pelo proletariado, até o acréscimo da jornada de trabalho de 10, 12 até 16 horas de trabalho diárias sem pagar hora extra visando o lucro.

Prolongar a jornada de trabalho sem alterar o tempo de trabalho necessário (o salário), ou mesmo aumentando-o, exigindo, portanto, maior esforço do trabalhador, eis uma das formas da mais-valia absoluta” (CARCANHOLO, 2011, p.138).

Exemplo da mais-valia absoluta é o constante aumento de tempo necessário de contribuição para o trabalhador ter o direito à aposentadoria, o Estado, como representante da classe burguesa, apesar de apresentar-se como neutro, volta suas decisões para o favorecimento da classe dominante. Com o aumento de contribuição de tempo de serviço da classe trabalhadora, o Estado e a classe burguesa passam a explorar ainda mais o trabalho, e por consequência, passam a lucrar ainda mais.

Ao longo de toda a história do capitalismo, memoráveis lutas dos trabalhadores permitiram que se lograsse a redução da jornada legal do trabalho. A burguesia não perdeu tempo; sempre encontrou mecanismos de intensificar o trabalho para compensar a redução de seus ganhos, pelo menos em certa medida (CARCANHOLO, 2011, p.138).

Entretanto, o capitalista encontra diversas dificuldades para pôr em prática a extensão da jornada de trabalho, tanto pelo Estado, visando a reprodução da força de trabalho, quanto pelas lutas e reivindicações da classe trabalhadora buscando melhores condições de trabalho.

Desse modo, não encontrando as condições políticas favoráveis para aumentar a jornada de trabalho, o capitalista busca reduzir o tempo de trabalho necessário, porém, de um modo que não afete a produção em excedente. A alternativa encontrada é através da mais-valia relativa.

O capitalista consegue extrair a mais-valia relativa através da implementação de tecnologias no ambiente de trabalho, nesse processo o trabalho vivo (operários) assume o ritmo do trabalho morto (máquinas). Diante disso, há intensificação no ritmo do trabalho, mesmo diante da redução da jornada de trabalho, sendo possível a diminuição da remuneração da força de trabalho.

Quando não dispõem de condições políticas que lhes permitam a ampliação da jornada de trabalho, os capitalistas tratam de encontrar meios e modos de reduzir, no seu interior, a parte relativa ao trabalho necessário: se mantém um limite para a jornada (por exemplo: oito horas), o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. Com essa alternativa, tem-se a produção de mais-valia relativa (NETTO e BRAZ, 2006, p. 109).

Nesse tipo de exploração há o aumento do desemprego, pois, com o avanço tecnológico as máquinas passam a substituir cada vez mais o trabalho dos operários,

e os que continuam empregados passam a trabalhar em ritmos mais acelerados para acompanhar as máquinas, com a finalidade de produzir mais em menos tempo.

As modificações observadas nas últimas décadas no processo produtivo, em especial na indústria de transformação, como a introdução ou ampliação de formas flexíveis de trabalho, por exemplo, devem ser entendidas dentro dessa perspectiva de elevação da produção de mais-valia por meio da mais-valia relativa. O capitalismo, nesse sentido, muda constantemente sua forma para se adaptar a uma determinada realidade. Muda sua forma de produzir, mas sua essência continua a mesma: a exploração da força de trabalho (CARCANHOLO, 2011, p.139-140).

No sistema capitalista, o desemprego é fundamental para a manutenção do capitalismo (geração do exército industrial de reserva), para que o capitalista crie maiores condições de explorar a força de trabalho da classe trabalhadora. Levando em consideração a razão da lógica da oferta e da procura, uma maior quantidade de indivíduos da classe trabalhadora disponíveis para vender sua força de trabalho irá favorecer a classe burguesa, fazendo jus ao ditado popular “se tu não quer, tem quem queira”. Por isso os donos dos meios de produção têm a possibilidade de contratar mãos de obra de forma precarizada. Assim como as mercadorias em geral, o valor da venda da força de trabalho é variável de acordo com a lógica da oferta e da procura.

Ora, compreende-se que o capitalista, em face da força de trabalho, exiba o mesmo comportamento que tem diante das outras mercadorias: quer comprá-la pelo preço mais baixo possível - e, se puder, pagará um preço inferior ao seu valor. Entretanto, se o fizer, ao cabo de algum tempo terminará por privar a força de trabalho de condições de se reproduzir, matando a galinha que lhe proporciona ovos de ouro; por isso mesmo, salvo situações excepcionais, o capitalista é obrigado a comprar a força de trabalho pelo seu valor efetivo. De qualquer forma o preço da força de trabalho (como o das outras mercadorias) também flutuam, podendo estar acima ou abaixo do seu valor; muitos fatores influem nessa flutuação, entre os quais o desemprego: aproveitando-se deste, o capitalista força os salários para baixo; por outra parte, quando há pouca oferta de força de trabalho, os trabalhadores pressionam-nos para cima (NETTO e BRAZ, 2006, p. 103).

Entretanto, nesse cabo de guerra o time vitorioso sempre é do capitalista, que brinca com a vida do proletariado enquanto lucra com o a exploração do trabalho.

2.6 O processo de mercantilização do trabalho e o rompimento do metabolismo social

No cenário capitalista há mercantilização do trabalho, ou seja, a força de trabalho da classe trabalhadora é caracterizada como mercadoria, ficando disponível para compra e venda. Para que isso aconteça alguns fatores são necessários: que os trabalhadores não possuam meios de produção e que possuam força de trabalho para ser vendida aos possuidores do meio de produção, também, é necessário que a força de trabalho seja geradora de valor de uso e valor de troca, para caracterizar-se como mercadoria. A partir disso, o mercado deixou de servir a sociedade, e a sociedade passou a servir ao mercado. As produções realizadas deixaram de servir às necessidades básicas da comunidade e passou a seguir o ritmo do mercado, o qual é ditado pelo modo de produção capitalista.

Para a reprodução do capitalismo é necessária a busca cada vez maior por lucro, no qual é extraído através da exploração da classe trabalhadora e da natureza. Através da apropriação e venda dos elementos naturais, a natureza também passa a ser alvo da exploração. Nesse contexto é gerado um desequilíbrio no metabolismo social, ocorrendo o rompimento do metabolismo social.

De acordo com Marx, o metabolismo social expressa as transformações exercidas pelo homem na natureza, através do trabalho, ou seja, está direcionada à relação do homem com a natureza. De modo que o homem transforma a natureza externa, sua natureza interna também passa a ser transformada.

O trabalho é, antes de qualquer outra coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. Ele encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através deste movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera a sua própria natureza... Ele [o processo do trabalho] é a condição universal da interação metabólica [Stoffwechsel] entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza (MARX, 1976 apud FOSTER, 2005, p.221). (QUINTANA e HACON, 2011, p. 435-436).

Essa capacidade de transformação da natureza, que o homem possui através do trabalho, foi se transformando de acordo com o modo de produção vivenciando, nos modos de produção pré-capitalista a interlocução do homem com a natureza tinha como objetivo produzir meios de subsistência (instrumentos, alimentos, etc). No modo de produção capitalista, passou a ocorrer uma exploração intensificada, tanto da força de trabalho da classe trabalhadora, quanto da natureza, gerando o desequilíbrio do

metabolismo social, “essa falha metabólica acontece em decorrência das relações de produção capitalista, ou seja, do rompimento do metabolismo complexo entre sociedade e natureza” (Zacarias, 2011, p.05).

O conceito de “falha metabólica” permite evidenciar como a agricultura e a indústria de larga escala se conjugam para explorar tanto o trabalhador quanto a natureza, perturbando assim o metabolismo social. No caso das indústrias, a natureza é duplamente impactada, tanto pela exploração das matérias primas, quanto pela poluição dos resíduos de sua produção que retornam à natureza em forma de poluentes. Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito de falha metabólica permitiu que Marx demonstrasse que a degradação ambiental tem causas econômicas e políticas, ligadas a um processo de dupla exploração: do trabalho e da natureza. Além disso, permite demonstrar que as condições de sustentabilidade impostas pela natureza têm sido violadas (ZACARIAS, 2011, p.05).

Segundo Quintana e Hacon (2011), na sociedade pré-capitalista existiam impactos ambientais, porém, os gerados na sociedade capitalista, através da sociedade industrial, têm impactos ambientais mais severos, neste, há depredação da natureza em busca de lucro.

Nestas, a busca crescente pelo lucro faz com que a produção de mercadorias deva ser sempre elevada e progressiva, o que gera uma pilhagem dos recursos naturais em larga escala. Além disso, nas sociedades pré-capitalistas, as depredações eram sentidas regionalmente, isto é, os seus impactos eram locais e dependiam do tamanho da população (FOLADORI, 2001b) enquanto que nas sociedades industriais o poder de alcance e a intensidade dos efeitos causados pelas relações de produção capitalistas atingem todo o globo (FOLADORI, 2001b, apud QUINTANA e HACON, 2011, p. 433).

No modo de produção capitalista houve a intensificação da exploração da natureza, neste modo, a natureza é explorada em um ritmo mais rápido do que a sua regeneração natural.

O resultado da entrada massiva de capital na agricultura foi a mudança no modelo de exploração da terra, agora pautado na lógica de expansão e acumulação do capital, além de um acirramento na cisão cidade-campo. A longa distância entre o campo e a cidade impedia a restauração dos constituintes elementares do solo, o que gerava dois problemas: o declínio da fertilidade do solo, devido à falta de reposição de nutrientes, e o acúmulo deste material em forma de rejeitos, que passaram a poluir de forma crescente as cidades (QUINTANA e HACON, 2011, p. 434).

Para Marx, a agricultura e a indústria de grande escala se uniram para empobrecer o solo e o trabalhador” (ZACARIAS, 2011, P.05).

A partir dessas reflexões pode-se dizer que a concepção marxiana traz uma contribuição crítica e revolucionária para entender as relações entre sociedade e natureza. Para além das explicações da finitude dos recursos naturais, Marx demonstra que a degradação ambiental tem as suas causas relacionadas às questões políticas e econômicas ligadas a um processo de dupla exploração: o trabalho e a natureza. Marx captura esse processo de alienação apontando como a agricultura e a indústria de larga escala se conjugam para explorar tanto o trabalhador como a natureza, provocando assim uma falha metabólica na relação sociedade e natureza. Ele defende que um novo metabolismo só será possível a partir da associação entre os produtores associados, num processo no qual haverá controle sobre as trocas materiais com a natureza na esfera da produção material e a total abolição da propriedade privada. (ZACARIAS, 2011, P.05, 06).

Esse processo de exploração se iniciou a partir da acumulação primitiva, a partir do momento em que os trabalhadores e camponeses que viviam nos feudos migraram para as áreas rurais das cidades iniciando transformações econômicas responsáveis pela revolução industrial.

Todo o processo de acumulação primitiva –incluindo, nas palavras de Marx, “a expropriação sangrenta das terras do povo”, e em termos de Malthus a “varredura” destes para a cidade– teve profundas implicações ecológicas. Já sob a forma de propriedade feudal, a terra tinha sido transformada no “corpo inorgânico de seus senhores”. No capitalismo, com a conseqüente alienação da terra (e da natureza), o domínio do homem sobre o homem estendeu-se. “A terra como o homem”, assinalava Marx, tinha se reduzido “ao nível de um objeto venal” (FOSTER E CLARCK, 2004, P.227).

Após esse período, a terra que antes era cuidada pelos camponeses que obedeciam ao período de resguardo para a voltar a ser fértil, necessitava de cuidados, pois estavam com deficiência de nutrientes porque o que antes voltava para a terra a partir da agricultura tradicional passou ser descartado nas cidades e toda esse desequilíbrio originado da exploração acabou criando uma fissura metabólica. Como explica Marx:

O conceito de “fissura metabólica” de Marx foi desenvolvido no contexto de alarme crescente feito pelos químicos agrários e os agrônomos da Alemanha, Grã-Bretanha, França e EUA com relação à perda de certos nutrientes da terra –como nitrogênio, fósforo e potássio –devido à exportação de comida e fibras às cidades. Em vez de serem devolvidos à terra, como na produção agrícola tradicional, estes nutrientes essenciais eram transportados a centenas e inclusive a milhares de quilômetros, e terminavam como dejetos contaminados nas cidades. Para o químico alemão Justus von Liebig, até a forma mais avançada de produção agrícola capitalista de então, a agricultura britânica, baseada em tecnologias mais complexas e sofisticadas, não era

mais que um “sistema de roubo”, dados seus efeitos sobre a terra (FOSTER E CLARCK, 2004, P.227).

Essa fissura metabólica é caracterizada pelo rompimento da relação entre o homem e a natureza, onde o homem deixa de ter uma relação de equilíbrio com a natureza e passa a degradá-la em função da geração de mercadorias através da exploração do trabalho assalariado. No texto de Foster E Clarck (2004), é relatado que após essa relação de exploração da terra acabou deixando o solo da Grã Bretanha infértil, impossibilitando o cultivo de alimentos e também de matérias primas necessárias para a produção de mercadorias. Essa necessidade acabou sendo suprida a partir da exportação de fertilizantes de terras da América Latina.

Considerando o prejuízo gerado ao capital, o processo de degradação dos solos logo engendrou o crescimento de uma indústria de fertilizante e o desenvolvimento da química dos solos. Para adubar o solo exaurido, resultante de um modelo capitalista de exploração do campo, o governo inglês optou por importar grandes quantidades de guano (fertilizante natural) do Peru. Esta situação limítrofe indicava que o capitalismo havia cessado a autossustentabilidade de reprodução das condições naturais do solo. Não obstante, tais inovações tecnológicas não representaram uma melhoria das condições da terra. Ao contrário, contribuíram para uma exploração mais racionalizada e o aumento das depredações ecológicas (FOSTER, 2005).” (QUINTANA e HACON, 2011, p. 435).

Toda essa relação de exploração e saqueamento acabou dando margem para uma fissura metabólica.

Autores como Foster (2005) atentam para as implicações das relações sociais capitalistas sobre o meio ambiente, com efeitos depredadores em escala sempre crescente. A busca ilimitada pelo abastecimento constante dos recursos naturais e a amplitude cada vez maior das relações de produção capitalistas por todo o globo impõem um ritmo frenético de produção e consumo, incompatível com o ritmo da natureza. As depredações e as poluições decorrentes deste padrão atingem uma escala de efeito sobre o meio ambiente superior a qualquer outro modo de produção anterior. Entretanto, vale a pena ressaltar que a degradação e a poluição não constituem uma novidade do capitalismo, mas têm sido comuns na história da humanidade (QUINTANA e HACON, 2011, p. 432-433).

Outro conceito utilizado para caracterizar a ruptura metabólica é a “troca ecológica desigualmente” que consiste na extração de recursos de um lugar visando beneficiar outro lugar, entretanto essa troca acaba gerando uma relação de desigualdade entre o país que está sendo saqueado e o que está recebendo esses recursos. No texto de Foster E Clarck (2004) essa troca ecológica desigualmente é

mostrada a partir da extração de recursos da América Latina para os países europeus e os EUA. Essa relação de exploração acabou gerando vários danos para os povos latinos, desde destruição do meio ambiente através da exploração para obtenção do nitrato a partir de trabalhadores assalariados que viviam em situação de semi-escravidão, até a extinção de ecossistemas e populações dos povos originários do continente americano.

3 AS CRISES E AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO

3.1 A tendência à queda da taxa média de lucro

De acordo com Marx, em *O Capital: crítica da economia política*, a lei geral do capitalismo estabelece o aumento das forças produtivas, a partir do objetivo que o capitalista tem de maximizar sua taxa de lucro, e nesse processo, a composição orgânica do capital tende a aumentar gradativamente. De acordo com Netto e Braz, no livro *Economia Política* (2006), a composição orgânica do capital é integrada pelo capital variável (v) e o capital constante (c). O capital variável, é o trabalho vivo – é a força de trabalho da classe trabalhadora, o capital constante, é o trabalho morto – são os maquinários.

Na medida em que se concretiza a tendência do capitalismo de aumentar as forças produtivas, a composição orgânica do capital aumenta, e para uma maior produtividade, a mão de obra é reduzida (capital variável), e os capitalistas passam a investir cada vez mais em máquinas e dispositivos para a produção das mercadorias. Nesse processo de aumento de produtividade o capital constante tende a aumentar, pois o capitalista investe em maquinários para que haja uma maior produção de mercadorias em menor tempo, em paralelo é necessário intensificar a mão de obra da classe trabalhadora. Nesse cenário é aumentado a participação do capital constante na composição do capital, conseqüentemente é reduzida a participação do capital variável.

A taxa de lucro (p) do capitalista é definida através da mais-valia (m) e o investimento total (capital constante + capital variável), sendo definida através da

fórmula $P = m/c+v$, tendo p como a taxa de lucro, m como representação da mais-valia, c do capital constante e v do capital variável, “ora, se eleva c – e é isso que ocorre com a introdução de novos métodos produtivos – p necessariamente cai” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 153). Nota-se também que a taxa de lucro essencialmente não é o mesmo que o mais-valor.

O capitalista não distingue os gastos com c e v : na sua contabilidade, tudo é investimento; assim, ele calcula a sua taxa de lucro levando em conta o investimento total (c e v). O lucro é a forma metamorfoseada com que a mais-valia aparece ao capitalista, e é esta forma que imediatamente lhe interessa – com efeito, a rentabilidade de uma empresa é determinada pela sua taxa de lucro (NETTO e BRAZ, 2006, p. 144).

Paralelamente ao aumento do capital constante, ocorre a diminuição da participação dos salários em decorrência da diminuição da força de trabalho da classe trabalhadora, e como a taxa de lucro é uma função da massa da mais-valia mais o valor da composição orgânica do capital, conseqüentemente, é reduzida a taxa de lucro, “o significado crucial desse fenômeno é que ele demonstra que a produção capitalista, no seu próprio desenvolvimento, engendra barreiras e obstáculos à sua expansão” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 153).

Marx, em *O Capital: crítica da economia política*, ao tratar da mais-valia relativa, debate sobre a intensificação do ritmo do trabalho da classe trabalhadora, a partir da introdução de máquinas na produção de mercadorias, trazendo ao capitalista uma produção em um menor tempo, desenvolvimentos tecnológicos e à transformação das ciências em forças produtivas. Em um determinado momento grande totalidade dos capitalistas passam a acessar as inovações alcançadas por um grupo de capitalistas, ao final do processo a tecnologia cria uma tendência que reduz a taxa de lucro, esta tendência passa a ser um ponto contraditório no meio a sustentação do modo de produção capitalista, “estamos em face de uma tendência que é constitutiva do MPC – trata-se mesmo de tendência: se ela se realizasse integralmente, o MPC entraria em colapso” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 153).

Em suma: na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é individualmente vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para todos os capitalistas.” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 153).

No modo de produção capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas é o gerador da acumulação acelerada de capital e da queda tendencial da taxa de lucro. Segundo Marx, em *O Capital: crítica da economia política*, esse processo existente no modo de produção capitalista, de sempre aumentar a acumulação, tem como consequência a aceleração da queda da taxa de lucro, a qual tem como resultado para os maiores capitalistas a monopolização de capital.

Como todos os capitalistas – industriais, banqueiros ou comerciantes – têm no lucro o objetivo da sua ação, é fácil compreender por que entre eles reina uma intensa concorrência: não apenas entre esses três grupos (com industriais, banqueiros e comerciantes competindo pela maior parcela da mais-valia produzida pelos trabalhadores), mas ainda entre os componentes de cada grupo (industriais concorrendo com industriais, banqueiros com banqueiros, comerciantes com comerciantes). A natureza dessa concorrência transforma-se com o aparecimento dos monopólios [...]; entretanto, qualquer que seja a sua natureza, a concorrência é um componente da dinâmica do MPC: não existe capitalismo sem ela (NETTO e BRAZ, 2006, p. 143-144).

Considerando a partir de Marx, em *O Capital: crítica da economia política*, a lei da queda da taxa de lucro é uma tendência, embora possa ser contrariada por uma série de fatores fornecidos pela própria organização do capitalismo, na tentativa de tornar o declínio dessa tendência menos drástico ao sistema capitalista.

Netto e Braz, no livro *Economia Política* (2006), aponta algumas estratégias criadas pelo sistema capitalista, para reverter essa tendência apontada por Marx ou para aumentar e conservar a taxa de lucro: barateamento do capital constante; elevação da intensidade da exploração; a depressão dos salários abaixo do seu valor; exército industrial de reserva; e o comércio exterior;

O barateamento dos elementos do capital constante é uma estratégia que fortalece as contradições existentes no modo de produção capitalista, esta, parte do progresso da produtividade social do trabalho quando aumenta a quantidade material do capital constante, mas ao mesmo tempo reduz o valor de seus elementos. Portanto, o fator capital constante se deprecia devido ao aumento da produtividade do trabalho. À medida que o valor do capital constante diminui, ganha-se uma proporção menor no valor do capital constante em relação ao capital variável de uma determinada mercadoria, desde que este permaneça no mesmo nível ou não caia mais

rapidamente do que o elemento do capital constante. Nesse caso, as margens da taxa lucro aumentarão.

A exploração do trabalho, por meio da intensificação do uso da força de trabalho e do prolongamento da jornada de trabalho, também é uma estratégia apresentada por Marx, que os capitalistas utilizam para moderar a concretização da tendência da queda da taxa de lucro, através dela resulta também em salários abaixo do valor, e fortalece o mecanismo importante para a reprodução do modo de produção capitalista, que é o exército industrial.

Outro modo de maximizar os lucros e reduzir os custos, é através do comércio no exterior, no qual tem como objetivo transferir o valor produzido na periferia do capitalismo para o centro do capitalismo, desse modo, os países menos desenvolvidos fornecem aos países mais avançados, mão de obra e matérias primas ambas em baixo valor, com isso, esses países mais avançados - capitalismo central - exportam as mercadorias produzidas a partir desses elementos de baixo valor.

Porém, é válido destacar que, nenhuma dessas estratégias invalida essa tendência, na verdade, ela faz parte da inevitável contradição que faz parte do modo de produção capitalista, assim, representando as crises existentes nesse sistema.

3.2. As crises capitalistas e o ciclo econômico

As crises fazem parte do modo de produção capitalista, sendo consequência das contradições inerentes ao próprio sistema. Em análise teórica histórica do modo de produção capitalista é possível observar que as crises sempre estiveram presente neste modo de produção, “[...] a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 157).

A história, real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de **crises econômicas** - de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram catorze vezes acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente coartados por depressões, caracterizadas por falências, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria (NETTO e BRAZ, 2006, p. 156).

Em sociedades pré-capitalistas existiam crises, porém, com origem diferente, não sendo oriundas do próprio modo de produção, como é o caso das crises existentes no modo de produção capitalista, na qual a crise ocorre porque no próprio processo de produção do valor e de realização das mercadorias tem em sua essência contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Na sociedade pré-capitalista as crises eram oriundas de motivos externos ao atual modo de produção, a partir da ocasião a qual havia diminuição da força de trabalho, que ocasionava a redução da produção, ou seja, a crise era originada a partir da escassez da produção. Diferentemente do modo de produção capitalista, o qual a crise parte do inverso, a diminuição da produção ocasiona a redução da força de trabalho, isto é, aumenta o desemprego. Nesta última, não há escassez da produção, e sim que “os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar seu valor de troca e quando isso se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 158).

Evidentemente, podem ocorrer crises econômicas em sociedades onde não é dominante o MPC. Em sociedades pré-capitalistas, registram-se perturbações na produção que acarretaram empobrecimento e miséria. A característica dessas crises pré-capitalistas reside no fato de elas resultarem da destruição dos produtores diretos ou dos meios de produção, ocasionada por desastres naturais (por exemplo, grandes epidemias - como a peste negra - dizimando os produtores) ou por catástrofes sociais (por exemplo, guerras destruindo meios de produção e forças produtivas). A consequência imediata dessas crises é uma carência generalizada dos bens necessários à vida social; mais exatamente, tais crises indicam uma insuficiência na produção de valores de uso e, por isso, podem ser designadas como crises de subprodução de valores de uso (NETTO e BRAZ, 2006, p. 157).

De acordo com Netto e Braz (2006), em *Economia Política*, inicialmente as crises do sistema capitalista tinham um caráter mais restrito, com a globalização, as crises capitalistas passaram a ser globalizadas. Isso se dá pela dependência de um país sobre o outro, principalmente a dependência econômica de países subdesenvolvidos sobre os países desenvolvidos, “inicialmente, tais crises eram mais ou menos localizadas (a primeira, de 1825, envolveu praticamente apenas a Inglaterra); desde 1847-1848, elas passaram a ganhar dimensão mundial” (NETTO e BRAZ 2006, p. 156).

O capital, no século XX, foi forçado a responder às crises cada vez mais extensas (que trouxeram consigo duas guerras mundiais, antes impensáveis) aceitando a “hibridização” — sob a forma de uma sempre crescente

intromissão do Estado no processo sócio-econômico de reprodução) como um modo de superar suas dificuldades, ignorando os perigos que a adoção deste remédio traz, a longo prazo, para a viabilidade do sistema (MÉSZÁROS, 2009, p. 09).

Netto e Braz (2006), em *Economia Política*, referente às proporções mundiais que as crises do modo de produção capitalista passaram a ter, citam a crise de 1929, também conhecida como a grande depressão, que teve como consequências a falência de várias empresas e o assolamento da pobreza, resultante do desemprego em massa, os autores apontam que até esse período as crises tinham um processo mais longo.

Até a crise de 1929, os ciclos tinham uma duração de aproximadamente entre 8 e 12 anos, a partir da Segunda Guerra Mundial, esses ciclos foram encurtados, ao mesmo tempo em que os impactos das crises tornaram-se menos catastróficos que aqueles da de 1929 (NETTO e BRAZ, 2006, p. 159).

O sistema capitalista mostra capacidade de sobreviver e se adaptar às crises. No decorrer do tempo, foi encontrando alternativas para diminuição dos impactos causados pelas inevitáveis crises em seu modo de produção, uma delas, são as políticas macroeconômicas, que tem como objetivo reduzir o impacto das crises.

A crise no modo de produção capitalista é resultado do processo de produção e realização das mercadorias, que por sua vez, tem em essência a contradição existente nesse modo de produção. Devido a essas contradições inerentes ao modo de produção capitalista passa a ocorrer um desequilíbrio na demanda x procura das mercadorias. Porém, mesmo diante de um cenário de crise, o sistema capitalista encontra saída para um novo processo de acumulação, partindo da crise para o auge, portanto, a crise tem caráter cíclico. “Entre uma crise e outra, decorre o ciclo econômico e nele podem distinguir-se, esquematicamente, quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge.” (Netto e Braz, 2006, p. 159)

A crise, denominada por Netto e Braz (2006), em *Economia Política*, é quando ocorre a recessão econômica, neste momento há contração no ciclo econômico por um determinado período de tempo, devido a forçada redução da produção, gerando falência em muitas empresas, desemprego e aumento da pobreza.

A crise pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria-prima essencial, a queda de um governo). Bruscamente, as operações comerciais se reduzem de forma dramática, as mercadorias não

se vendem, a produção é enormemente diminuída ou até paralisada (NETTO e BRAZ, 2006, p. 159).

A fase da depressão, ainda de acordo com os autores, é quando ocorre a estagnação do período da crise, com as mesmas características mantidas ao mesmo nível da fase anterior.

Depressão, o desemprego e o salário mantêm-se no nível anterior, a produção permanece estagnada, as mercadorias estocadas ou são destruídas ou parcialmente vendidas a baixo preço. As empresas que sobrevivem procuram soluções tecnológicas para continuar com alguma escala de produção, mesmo com preços baixos para as suas mercadorias (NETTO e BRAZ, 2006, p. 159-160).

A retomada, é o momento em que o modo de produção capitalista se reinventa, é quando finalmente os capitalistas conseguem recuperar o ciclo econômico, com isso, as empresas que sobreviveram à crise voltam a produzir, agora, de uma nova forma.

As empresas que sobrevivem absorvem algumas das que quebraram, incorporam seus equipamentos e instalações, renovam seus próprios equipamentos e começam produzir mais. O comércio se reanima, as mercadorias escoam, os preços se elevam e pouco a pouco diminui o desemprego (NETTO e BRAZ, 2006, p. 160).

Em seguida, vem a fase do auge (boom), no qual os capitalistas, incentivados pela concorrência, aumentam os investimentos em suas empresas, para maximizar suas produções, com o objetivo unicamente de aumentar ainda mais o seu lucro.

O crescimento da produção é impetuoso e a euforia toma conta da vida econômica: a prosperidade está ao alcance da mão. Até que um detonador qualquer evidência de repente que o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem, os preços caem e sobrevém nova crise - e todo o ciclo recomeça (NETTO e BRAZ, 2006, p. 160).

Netto e Braz (2006), em *Economia Política*, apontam algumas principais causas para as crises no modo de produção capitalista, são elas: a anarquia da produção; queda da taxa de lucro; o subconsumo das massas trabalhadoras;

De acordo com os autores, a anarquia da produção refere-se ao não controle do destino final das mercadorias, “o mercado é inundado por mercadorias cuja destinação é incerta” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 160).

Referente à queda da taxa de lucro, como vimos anteriormente, está relacionada com a intenção do capitalista de aumentar o lucro, e para isso há aumento da utilização de máquinas, para produzir mais mercadorias em menos tempo, em contradição aos objetivos do capitalista - o lucro - este processo tem como consequência a queda da taxa média de lucro do capitalista, visto que o lucro é retirado a partir da massa de mais-valia mais o valor da composição orgânica do capital.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2006), em *Economia Política*, o subconsumo das massas trabalhadoras também é apontado como uma das causas principais das crises do modo de produção capitalista. De acordo com os autores, está refere-se ao processo de baixo escoamento das mercadorias, “enquanto os capitalistas inundam o mercado com as suas mercadorias, a capacidade de consumir dos contingentes trabalhadores permanece limitada” (Netto e Braz, 2006, p. 161), ou seja, indivíduos pertencentes a classe trabalhadora possui restrição ao consumo, por não deter meios suficientes para tal.

Como foi apresentado no tópico 1.1, a fórmula geral do movimento do capitalismo é $D-M-D'$, ou seja, o capitalista possui um dinheiro inicial, com investimentos necessários, produz determinada mercadoria, e a partir de sua produção e venda da mercadoria, é retirado o seu lucro. Quando não há o escoamento das mercadorias necessárias para a reprodução capitalista, inicia-se uma crise capitalista.

O capitalista investe dinheiro para produzir mercadorias com o único objetivo de obter mais dinheiro do que investiu - a mercadoria produzida só se realiza quando pode ser convertida em (mais) dinheiro. A crise, imediatamente, é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro (NETTO e BRAZ, 2006, p. 158)

A solução que os capitalistas encontram inicialmente para evitar a crise é demitir alguns trabalhadores e aumentar a intensidade do trabalho, porém, se muitos capitalistas fizerem o mesmo, o desemprego aumentará significativamente, com isso, terá uma menor quantidade de salários circulando, conseqüentemente, menos escoamento das mercadorias, gerando a quebra da empresa. Assim, “o capitalista obtém o inverso do que busca, precisamente porque não domina as leis do mercado e essas se voltam contra ele” (SALAMA e VALIER, 1975: 115 apud NETTO E BRAZ, 2006, p. 158).

3.3 A crise estrutural do capital

A crise estrutural do capital se instaurou a partir dos anos 60 e 70, durante a fase do capitalismo financeiro, e teve seu apogeu nos anos 90 com a globalização. De acordo com Mészáros: “esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado”. Marx já havia notado essa característica na produção de mercadorias e Mészáros faz a crítica embasado em Marx, apresentando a crise estrutural do capital. (MÉSZÁROS, 2009, p. 07).

No livro ‘A Crise Estrutural do Capital’ (2009), Mészáros explica que os elementos que compõem o capital são antecessores ao sistema capitalista, perpassando por outros modos de produção ao longo da história, entretanto o que o diferencia dos demais, no sistema “capitalista Burguês”, é dominação global do capital. O sistema capitalista também diferencia-se de outros modos de produção por alterar o valor das mercadorias produzidas, explorando os recursos naturais a ponto de se tornar insustentável para o meio ambiente e com isso gerando a crise estrutural do capitalismo, como ele afirma ao relatar que “a crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos. (MÉSZÁROS, 2009, p. 14)

A crise estrutural do capital é resultado da produção desenfreada de mercadorias com tempo útil de vida cada vez mais curto, isto faz com novas mercadorias sejam necessárias e as mercadorias anteriores sejam descartadas cada vez mais rápido. As mercadorias passam a se desgastar cada vez mais rápido para que os consumidores sintam a necessidade de consumir novas mercadorias. exemplo: celulares que cada vez mais, em menos tempo precisam ser trocados, pois já estão desatualizados com relação ao sucessor. Com a velocidade em que o mercado precisa produzir e com o desenvolvimento da tecnologia o capital passa a investir mais em capital fixo (máquinas) demandando cada vez menos trabalhadores.

Todo esse processo de produção acelerado gera danos irreparáveis à natureza e aos trabalhadores, que passam a ser cada vez mais explorados, tendo que desenvolver mais funções. Além disso, a substituição de mão de obra causa um exército de trabalhadores desempregados que não possuem poder de compra para

consumir as mercadorias produzidas. Nos períodos anteriores o intervalo entre uma crise e outra era maior, por causa do pouco avanço da tecnologia, o que permitia que o capital buscasse estratégias para amenizar as crises. No entanto, as crises estruturais do capital passam a acontecer cada vez mais rápido e em escala global. Como explica Mészáros:

O sistema do capital é caracterizado por uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2) produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos (interna e internacional). O resultado é um irremediável sistema “centrífugo”, no qual as partes conflituosas e internamente antagônicas pressionam em muitos sentidos diferentes (MÉSZÁROS, 2009, p. 11).

Já que as crises são constantes, o capital passa a intensificar a geração de mais capital, explorando cada vez mais os trabalhadores e a natureza, em função da própria concorrência. Todo esse metabolismo é chamado de sociometabolismo do capital. De acordo com Netto e Braz:

As crises não interessam a nenhum dos sujeitos em presença na sociedade burguesa - nem aos capitalistas, nem aos trabalhadores. É evidente que seus impactos atingem muito diferentemente as classes sociais; não há o mesmo custo para todos: os trabalhadores sempre pagam o preço mais alto. No entanto, também são penalizados segmentos do capital, especialmente os pequenos e médios capitalistas, os primeiros (entre os membros da classe exploradora) onerados pela crise: as falências e quebras ocorrem basicamente entre eles; porém, conforme a profundidade da crise mesmo setores do grande capital são vulnerabilizados (NETTO e BRAZ, 2006, p. 163).

O objetivo do capitalista não é gerar crise, mas as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, o que faz com que esse modo de produção entre em contradição, pois, os fatores que fazem os donos dos meios de produção acumularem riquezas, também fazem com que se instale crises que afetam a continuação da acumulação de riquezas - temporariamente.

3.4 As crises capitalistas e os efeitos sobre os trabalhadores

Desde a segunda década do século XIX, o sistema capitalista tem sido atingido por inúmeras crises cíclicas que vem afetando diretamente a classe trabalhadora. A crise de acumulação de capital, iniciada na década de 70 e intensificada a partir da

década de 90 tem como característica a crise do modelo fordista-keynesiano, incidindo diretamente na esfera da vida social.

O padrão de crescimento fordista-keynesiano, que, desde o segundo pós-guerra, sustentara um modelo de desenvolvimento responsável pelas décadas de glória do capitalismo, deu sinais de seus limites na primeira metade da década de 1970. Para responder a esse novo quadro, o capital monopolista empenhou-se em uma série de reajustes e reconversões que constroem a contextualidade em que se desenvolvem autênticas transformações societárias (ANTUNES, 1998; HARVEY, 1998, apud CEOLIN, 2014, P.249).

Já a crise do taylorismo, fordismo e keynesiano, caracterizava-se como crise estrutural, segundo Mesários (2002). As recorrentes crises têm afetado diretamente as políticas públicas e os direitos dos trabalhadores, como forma de combater a queda da taxa de lucro. Assim como, a precarização do trabalho e a intensificação da jornada de trabalho.

Com a acentuação da crise estrutural do capitalismo, as inovações tecnológicas voltadas para a produção cada vez mais automatizada, somando-se com as demissões em massa, gera-se um exército de desempregados que não possuem outra alternativa senão a informalidade. De acordo com Netto:

Ao mesmo tempo, os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital — com os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrindo... o “desemprego estrutural”! De fato, o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado — e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade” (NETTO, 2012, p.417).

As perdas históricas da classe trabalhadora, com a implementação do neoliberalismo, adesão a ideia do Estado mínimo para as classes subalternas e máximo para grandes corporações e bancos, somadas as privatizações da saúde, educação, dentre outras áreas geraram como consequência o aumento do pauperismo na classe trabalhadora, como afirma Netto:

Tais custos só podem ser devidamente contabilizados se se faz um balanço abrangente de quase três décadas de “flexibilização” do tardo-capitalismo — e aqui o que se constata é que a pauperização absoluta e a relativa,

conjugadas ou não, cresceram, mesmo que diferencialmente, para a maioria esmagadora da população do planeta (constatações verificáveis até nos documentos do Banco Mundial a partir de 1991 e nos vários relatórios do PNUD, em especial a partir de 2005) (NETTO, 2012, p.423).

Netto (2012) explica que nos últimos 30 anos o modo de produção capitalista realizou várias transformações no campo sócio-econômico, no entanto a essência exploradora do capital X trabalho acentuou-se ainda mais, não havendo nenhuma transformação significativa. Além disso, houveram vários retrocessos na questão das conquistas civilizatórias. Ou seja:

As jornadas de trabalho prolongadas para aqueles que conservam seus empregos (extensão que envolve todos os setores de atividades econômicas — para retomar a superficial e conhecida tipologia dos “setores econômicos” de Colin Clark: o “primário”, o “secundário” e o “terciário”), a intensificação do trabalho (também nos três “setores”), a enorme defasagem entre o crescimento das rendas capitalistas e o crescimento da massa salarial etc., resultando na extração articulada de mais-valia absoluta e relativa e na recuperação de formas de trabalho típicas dos primeiros momentos da instauração do capitalismo (trabalho em domicílio) e, mesmo, em formas de trabalho forçado e, em casos extremos, mas não tão excepcionais, escravo (NETTO, 2012, p.425).

Para Netto (2012), os últimos 30 anos assinalam o “exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital”. Ou seja, o capital passa a ser cada vez mais destrutivo tanto para os trabalhadores, que serão cada vez mais explorados, quanto para a natureza.

3.5 As crises capitalistas e a produção destrutiva

Em produção destrutiva e Estado capitalista, Mézáros explica que existe uma relação entre a produção e o consumo no modo de produção capitalista. Para ele, a crise estrutural ao qual estamos vivendo tem relação com a chamada “produção da destruição”. Sendo assim, “A produção destrutiva seria um meio desenvolvido pelo próprio capital para lidar com as contradições inerentes ao processo de superprodução ou a superprodução crônica” (MÉZÁROS, p.03).

Para entender os conceitos de produção destrutiva e superprodução, o filósofo húngaro explica que é preciso entender a “taxa de uso decrescente”. Segundo ele, ela

está relacionada “à quantidade proporcional de tempo alocado na produção de bens relativamente duráveis e de bens de consumo rápido” (MÉZÁROS, p.03).

A taxa de uso decrescente, no interior dessa crise estrutural, não tem a ver exatamente com um “não uso” (embora isso possa ocorrer) da produção social, mas com algo mais específico: um uso dissipador (ou destrutivo) da mesma. Isso incide não só sobre os bens de consumo rápido ou os bens relativamente duráveis, mas em todas as relações sociais que formam o circuito incessante da auto-reprodução do capital. (MÉZÁROS, p.03).

Nesse sentido, são produzidas mercadorias com tempo determinado para quebrar, necessitando assim ser repostas, o que cria todo um mecanismo de produção, utilização e descarte do que é produzido.

Mészáros explica que, para esse sistema, é indiferente se os sujeitos utilizam muito ou pouco, ou mesmo se utilizam, as mercadorias que são trazidas à luz no processo produtivo e vendidas na sequência. No entanto, a linha de menor resistência que o capital acabará adotando se definirá pela implementação do uso dissipador, visto que tal forma, nas condições atuais, é a que revela ser a mais adequada ao seu processo de reprodução sociometabólica. (MÉZÁROS, p.04).

A partir disso, é possível entender a necessidade do “complexo militar-industrial” em tempos de crise estrutural do capital, uma vez que ele “é eficaz em resolver o problema do imperativo radical de dissipação em larga escala de bens perfeitamente usáveis”.

Sob tais condições, diz o filósofo húngaro, verifica-se a “transformação radical da produção genuinamente orientada para o consumo em destruição”. Realiza-se, conseqüentemente, de maneira generalizada, um “crescimento cancerígeno”, uma “produção-dissipadora”, que adota uma forma extremada de desperdício, “isto é, a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados como meio dominante de ordenação do capital superproduzido” (Ibid., p. 60). Nesse contexto, consumo e destruição se tornam equivalentes funcionais. O capital se “realiza” não no mero ato de venda, mas na própria destruição (MÉZÁROS, p.04).

Para Mézáros, os EUA centralizam a definição de crise estrutural do capital, uma vez que desde a segunda guerra mundial o complexo industrial militar exerce uma posição dominante e a indústria bélica consome mais de 4% do PIB do país. (MÉZÁROS, p.05)

3.6 As contradições do capitalismo e a crise ambiental

O final do século XX foi marcado pelas crises financeiras do capital, que causaram desemprego em massa e aumento da inflação, que conseqüentemente acabam afetando de forma cruel a classe trabalhadora. Como resultado das formas de contornar as crises cíclicas e estrutural do capital, os capitalistas tendem a aumentar a produção para produzir cada vez mais mercadorias e transformá-las em lucro.

A produção e exploração dos recursos naturais de forma desenfreada tende a causar impactos irreversíveis ao meio ambiente, pois estamos em um planeta com recursos finitos. De acordo com Quintana e Hacon (2011):

Destaca-se, nesse contexto, a emergência da questão ambiental em escala local e global, em virtude dos impactos ambientais crescentes gerados pelo modo de produção capitalista dominante baseado na utilização dos recursos naturais de forma desenfreada, alheio aos ritmos de reprodução da natureza (QUINTANA, HACON, 2011, p.428).

James O'Connor (2002), acredita que a crise ambiental é uma "crise de custos das condições de produção", ou seja, ele acredita que a degradação dos meios naturais e sociais tem sua origem na "crise dos custos", onde a busca pelo lucro está acima de qualquer questão, inclusive a reprodução da espécie humana. Segundo O'Connor:

Por não considerar os limites orgânicos da natureza, o capitalismo intensifica a demanda por mais capital para manter o mesmo nível de lucratividade mediante o declínio das suas condições de produção. Na tentativa de manter ou restaurar o lucro, externaliza os efeitos negativos do processo produtivo, socializando a degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e a perda de bio e sociodiversidade, e, por outro lado, apropria-se privadamente da riqueza produzida (QUINTANA, HACON, 2011, p.428).

Já Chesnais e Serfati (2003), acreditam que a exploração dos recursos naturais e sociais até o seu esgotamento reflete exatamente a essência do capitalismo, "pois as verdadeiras contradições do capital repousam nos mecanismos clássicos de criação e extração da mais valia".

A partir do final do século XX, a questão da crise ambiental também passa a ser uma preocupação para alguns líderes dos países e órgãos mundiais. A partir de reuniões para discutir as mudanças climáticas e os impactos ambientais foi criada a Agenda XXI, em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. As primeiras reuniões foram baseadas no pensamento hegemônico conservador, que colocava a culpa dos problemas ambientais no desperdício de matéria e energia, nos limites dos recursos naturais e no alto padrão de consumo. Nestes encontros as alternativas para combater a crise se concentravam no “processo de produção, tecnologia e eficiência energética, levando a despolitização da questão ambiental”. Além disso, também eram apontados o excesso populacional, pautado na tese Malthusiana, como causa da crise ambiental (ZACHARIAS, 2011, p.06).

De acordo com a tese de Malthus, o crescimento populacional não acompanha a geração de recursos necessários para a sobrevivência da sociedade, gerando preocupação entre os governos, que passaram a criar políticas de controle de natalidade a fim de impedir a degradação da natureza. Os debates a respeito do crescimento populacional e escassez de recursos vêm sendo debatidos durante conferências a partir da década de 70, como a agenda XXI.

Já na década de 90, a Agenda XXI volta a abordar o crescimento populacional e também apontando as causas do colapso ambiental para as questões dos padrões de consumo. Além disso, as discussões em torno da resolução desses problemas giravam em torno de mudanças insignificantes nas práticas de consumo, trazendo para os governos a responsabilidade de educar a população sobre práticas de consumo “saudáveis”.

O item 4.18 diz que “a redução do volume de energia e dos materiais utilizados por unidade na produção de bens e serviços pode contribuir simultaneamente para a mitigação da pressão ambiental e aumento da produtividade e competitividade econômica e industrial” (AGENDA XXI, cap. 4, Item 4.18)

Entretanto, a Agenda XXI não discute e nem questiona as diferenças entre os padrões de consumo de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como também não questiona a posse dos meios de produção e a concentração de riqueza em uma pequena parcela da sociedade. Como afirma Zacharias:

Nesse sentido vêm sendo construídas propostas que consagram o mercado sem alterar o modo de produção capitalista, como é o caso do consumo verde ou sustentável/ responsável/eficiente. A proposta é que as pessoas continuem consumindo, só que agora produtos “ecologicamente corretos”, saudáveis ao meio ambiente. Essa alternativa dentro dos marcos do mercado garante que o ciclo produção/ consumo se reproduza sem alteração do modo de produção vigente (ZACHARIAS, 2011, p.09).

Os argumentos utilizados pelo pensamento hegemônico conservador consideram que os problemas relacionados “à população, meio ambiente e os altos padrões de consumo estão ligados aos limites dos recursos naturais”. Ou seja, existe um entendimento de que os problemas são causados por problemas físicos, desconsiderando o âmbito social da questão. Como explica Foladori (2011), “a sociedade humana antes de se deparar com limites naturais ou físicos está frente a frente com as contradições sociais” (FOLADORI, 2001a, p.18, apud ZACHARIAS, 2011, p.09).

Nesse sentido, os problemas e soluções apontados pela Agenda XXI não ultrapassam a barreira de soluções técnicas, desconsiderando que o capitalismo é “o vírus causador da doença”. Como mostram as estratégias de enfrentamento que constam na Agenda XXI:

Analisando o conteúdo, as estratégias, as bases de ação do capítulo 4, “Mudanças de padrões de consumo” da Agenda XXI, entre outras recomendações, destacam-se: a) estímulo à difusão de tecnologias ambientalmente saudáveis já existentes; b) estímulo ao uso ambientalmente saudável de fontes de energia novas e renováveis, c)) estímulo à reciclagem no nível dos processos industriais e do produto consumido; d) estímulo à redução do desperdício na embalagem dos produtos; e) conscientização dos consumidores acerca do impacto dos produtos sobre a saúde e meio ambiente por meio de uma legislação que proteja o consumidor e de uma rotulagem com indicações ecológicas; f) estímulo a determinados programas expressamente voltados para interesses do consumidor, como a reciclagem e sistemas de depósitos e restituição (ZACHARIAS, 2011, P.09 e 10).

Zacharias (2011) retrata que não é possível resolver o problema ambiental gerado pelo sistema capitalista trazendo como única alternativa de enfrentamento a tecnologia, ignorando a raiz do problema, que encontra-se nas relações sociais de produção da sociedade capitalista. Segundo Andrioli (2008):

Esse pensamento vem predominando nas discussões em relação às alternativas para as questões ambientais. Por exemplo, existe a crença de que o aumento da eficiência tecnológica pode permitir que a economia cresça exponencialmente, ao mesmo tempo em que reduz as emissões de carbono e outras formas de degradação ambiental. Isto significa ignorar que o aumento da eficiência é utilizado para ampliar a escala do sistema, reduzindo ou eliminando os eventuais ganhos de aumento de eficiência energética. A perspectiva conservadora considera, ou melhor, crê que a tecnologia é a solução para os problemas ambientais. Em relação aos padrões de produção e consumo, tanto as propostas oficiais, como Agenda XXI, quanto às propostas das organizações da sociedade civil, que comungam com essa perspectiva, são unânimes em apontar a tecnologia aliada a um trabalho educativo como o caminho para que se atinja a qualidade ambiental e o chamado desenvolvimento sustentável (ZACHARIAS, 2011, P.10).

O pensamento hegemônico conservador também acredita que também está no âmbito econômico a solução para a crise ambiental. Eles acreditam que os “instrumentos econômicos são fundamentais para a crise ambiental alcançar o desenvolvimento sustentável”. Dentre esses instrumentos destaca-se o Protocolo de Kyoto, que trata-se de um acordo entre os países para reduzir a emissão de gás carbônico com o objetivo de diminuir o efeito estufa e o aquecimento global, e também as normas do ISO de gestão ambiental. No entanto:

O Protocolo de Kyoto institui um mecanismo de compra e venda de “licença para poluir” tal como qualquer outra mercadoria. As nações ricas ganham o direito de poluir, aumentando a produção industrial e compensando suas emissões de carbono através de um mecanismo de mercado, ou seja, compram as cotas dos países pobres, possuidores de baixa atividade industrial para manterem o crescimento econômico. Trata-se do velho princípio: “eu pago, eu poluo” (ZACHARIAS, 2011, P.10).

Zacharias (2011) explica que o protocolo não propõe mudanças significativas e ainda permite que países desenvolvidos destruam ainda mais a atmosfera a partir da compra da reserva de emissão dos países subdesenvolvidos.

A partir dessas reflexões pode-se dizer que as alternativas defendidas pela perspectiva conservadora preconizam a capacidade de superar a crise ambiental dentro da ordem do capital. Entende que é possível reformar o capitalismo, atingir um capitalismo mais verde, mais respeitoso com o meio ambiente com propostas que se restringem aos processos de produção, a tecnologia, a reciclagem, a eficiência energética, consumo responsável entre outras, despolitizando o debate (ZACHARIAS, 2011, P.11).

A partir disso, Zacharias (2011) aponta que somente através da perspectiva crítica, que possui uma visão de que só é possível enfrentar a crise ambiental

intervindo nas relações sociais e no modo de produção capitalista, afastando-se das ideias de produção capitalista consciente e capitalismo verde, uma perspectiva crítica que entende que a crise ambiental deriva-se de problemas localizados nas bases sociais, econômicas, culturais e políticas do capitalismo.

4 A CRISE AMBIENTAL E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

4.1 Produção destrutiva, agronegócio e doenças infecciosas

O agronegócio é o segmento que modernizou a produção oriunda do campo, ele engloba as atividades de produção agrícola, de adubos e fertilizantes, setores da agropecuária, criação de maquinários agrícolas, industrialização de produtos do campo, entre outros. Porém, é importante salientar que o agronegócio não está apenas relacionado ao campo, mas também está presente no meio urbano, sendo um dos veículos que promovem a subordinação das atividades rurais à dinâmica urbana. Isso porque, à medida que o agronegócio se moderniza, torna-se cada vez mais dependente das atividades industriais e produtivas das cidades.

O Brasil tem destaque mundial no agronegócio, devido aos grandes índices de produção e exportações, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2022), o Brasil é considerado o maior exportador mundial de café, açúcar e cana-de-açúcar, e também o maior exportador de carne de frango e segundo maior exportador de carne bovina. O agronegócio é um setor importante para a economia brasileira, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o PIB do agronegócio brasileiro alcançou recordes sucessivos em 2020 e em 2021, se caracterizando como um dos melhores da história do agronegócio nacional.

No modo de produção capitalista, para maior acumulação do capital é necessária uma produção em excedente, para tal objetivo a classe trabalhadora e a natureza são exploradas mutuamente. No decorrer da expansão do capitalismo, cresce também a monopolização dos recursos naturais, pois, o modo de produção capitalista decorre através da produção destrutiva do meio ambiente.

De acordo com Silva (2010), as manifestações desse processo de destruição da natureza se encontram na escassez dos recursos naturais, nos níveis de

aquecimento global, nos efeitos dos poluentes e na produção exacerbada de mercadorias descartáveis, demonstrando que o sistema do capital não tem domínio adequado sobre a natureza, “revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para promover esse desenvolvimento (SILVA, 2010, p. 45 apud BARACHO, p. 02, 2021).

O Brasil que teve seu desenvolvimento tecnológico tardio, devido a dominação da colonização, as sequelas desse capitalismo tardio são existentes nos dias atuais, as mazelas ambientais causadas pelo processo de produção ficam no país, ainda considerado em desenvolvimento, e os melhores produtos são exportados para os países desenvolvidos, portanto em paralelo ao crescimento do PIB brasileiro derivado do agronegócio também cresceu a destruição ambiental.

No capitalismo contemporâneo, os processos de destruição da natureza têm cada vez mais se tornado uma realidade em ascensão. O avanço da degradação ambiental em níveis alarmantes é uma tendência mundial, mesmo que seus efeitos se façam sentir de modos distintos entre os países de capitalismo central e periféricos, e estes, em especial, de modo ainda mais avassalador. Esse avanço está intimamente relacionado ao processo de acumulação capitalista, uma vez que para o capital se reproduzir e se expandir continuamente necessita de uma dupla exploração: a força de trabalho humana e os recursos que o ambiente natural dispõe, tornando-os mercadoria (BARACHO, p. 02, 2021).

No contexto político, são comuns os conflitos entre os chamados "ruralistas" e "ambientalistas". Estes acusam frequentemente o primeiro de ser o responsável pela expansão desordenada das terras cultiváveis do país, pela expansão das fronteiras agrícolas, plantio em áreas protegidas, pela redução das reservas ambientais e da quantidade de áreas verdes, além de contaminar os cursos d'água com fertilizantes e outros produtos tóxicos.

De acordo com o estudioso Wallace (2016), as florestas são como “uma caixa que guarda alguns dos patógenos mais perigosos e garante que eles não se espalhem para as comunidades ao redor”, porém, de maneira em que o capital se expande em busca de aumentar o lucro, o índice de desmatamento aumenta de forma desenfreada, ocasionando graves problemas ambientais.

Quando comunidades tradicionais e pequenos agricultores são forçados a deixar suas terras, basicamente elimina-se as pessoas que sabem manejar a floresta, preservar sua complexidade e cuidar dos serviços ecossistêmicos dos quais dependemos. E esses grupos provavelmente serão forçados a entrar no ciclo de migração, fazendo com que o corredor periurbano seja não

apenas o meio pelo qual as mercadorias são transportadas, mas um caminho que as pessoas percorrem o tempo todo, de uma direção a outra, de forma que qualquer patógeno pode encontrar seu trajeto para a cidade (WALLACE, p.01, 2021).

Wallace (2021) aborda sobre a importância de refletirmos sobre o processo de surgimento de vírus a partir da exploração da natureza. O autor sempre destaca os impactos causados pelo desmatamento, colocando-o como um dos fatores determinantes no surgimento e mutações de vírus.

Podemos discutir porque os patógenos são a causa do surto. Aí podemos falar sobre a causa da causa, que é o desmatamento. Depois, temos que debater ainda a causa da causa da causa, que é como o desmatamento está sendo impulsionado e por quais motivos. Isso tem a ver com os circuitos de capital e as geografias relacionais, segundo as quais o que acontece de um lado do mundo influencia o que ocorre no outro (WALLACE, p.01, 2021).

Os processos derivados da expansão do agronegócio são fatores que aumentam significativamente o desmatamento. Um relatório divulgado, em 2021, pela Forest Trends, com o título “Colheita ilícita, bens coniventes”, mostra dados, retirados através de estudos, relacionados aos desmatamentos que ocorreram, devido ao agronegócio, nas florestas de todo o mundo, nos anos de 2013 a 2019. De acordo com o estudo, as maiores causadoras do desmatamento ilegal são as produções de carne bovina, soja e óleo de palma. É apresentado no relatório que a produção da agricultura comercial foi responsável por 60% da perda da área florestal mundial, sendo 69% desmatamento ilegal, este, sendo identificado em maior proporção no Brasil e na Indonésia. Ainda de acordo com o estudo da Forest Trends (2021), é apresentado que 31% da área florestal mundial que estiveram sob domínios do agronegócio, de forma legal ou ilegal, tiveram os produtos exportados para outros países, como Estados Unidos, China, Reino Unido e países da União Europeia.

Entre as problemáticas existentes no governo Bolsonaro, o desmatamento tem grande destaque, de acordo com a divulgação, feita em 2020, pelo Instituto Nacional de Estudos Espaciais (INPE), no Brasil foi registrado no ano de 2020 8.426 quilômetros quadrado (km²) de desmatamento, ficando atrás apenas do ano 2019, recorde em devastação, totalizando 9.178 quilômetros quadrado (km²) desmatados. De acordo com o INPE a média dos três anos anteriores (2016 a 2018) foi de 4.845 quilômetros quadrados (km²). Estes desmatamentos ocorrem na maioria das vezes de forma ilegal, conforme é apontado no estudo realizado e divulgado pela Forest

Trends (2021), o Brasil possui alto índice de desmatamento ilegal, no ano de 2019 foram registrados que 95% do desmatamento foi feito de forma criminosa. Estudos evidenciam que os índices de desmatamento no Brasil são crescentes, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2022, somente no período de janeiro a junho, foi registrado 4 mil km² de desmatamento na Amazônia, sendo considerada maior taxa de desmatamento para um primeiro semestre em sete anos.

O índice de desmatamento tende a aumentar, de modo que é perceptível a falta de fiscalização. Mais de 95% do desmatamento da Amazônia foram por meio ilegal, de acordo com Forest Trends (2021), é fato que uma atividade ilegal se expande quando não há risco ou perspectiva de punição e o governo Bolsonaro, mesmo diante desses cenários, contribuiu para a permanência e aumento dessa situação, tanto devido a falha na fiscalização, quanto aos sinais de tolerância aos atos criminosos. Segundo o Inpe, em 2022 até o mês de junho, 79% dos desmatamentos no Brasil são localizados no Mato Grosso, Pará e Amazonas, este último, sozinho, foi responsável por 31%.

Crimes como esses tem tomado grandes proporções, no dia 5 de junho deste ano, o jornalista inglês Dom Phillips desapareceu com o indigenista brasileiro Bruno Pereira, nas proximidades da comunidade ribeirinha São Rafael e da cidade de Atalaia do Norte, no Vale do Javari, oeste do estado do Amazonas. Dom praticava jornalismo investigativo e Bruno, servidor licenciado da Funai, atuava em defesa dos povos indígenas, em especial na Amazônia. Foram encontrados mortos após dias de procura. A morte dos dois causou um grande abalo, tanto nacional quanto internacionalmente. Assassinatos desse gênero não são novidades no Brasil, tiveram alguns outros casos que ficaram conhecidos, como é o caso do Chico Mendes (1988), Irmã Dorothy Stein (2005) e muitos outros de menor repercussão. Ambos atuando na luta contra o aumento da exploração da natureza e em defesa dos povos que nela habitavam.

A relação de exploração dos recursos naturais existe desde a sociedade primitiva, porém, na sociedade capitalista essa atividade se intensificou de modo a gerar desequilíbrios ambientais, como é apontado por Marx em estudos sobre a falha metabólica – processo derivado do modo de produção capitalista, a partir da exploração dos recursos naturais. Não é característica do modo de produção capitalista produzir em pequenas escalas, o interesse desse modo de produção é

produzir um excedente para obtenção de maior lucro, para isso, segundo Marx, é necessária uma dupla exploração: da classe trabalhadora e dos recursos naturais.

Rob Wallace, no livro *Pandemia e Agronegócio* (2016), faz relação do surgimento de mutações e de novos vírus com o agronegócio, sendo a agropecuária uns dos principais fatores apresentados, tanto por ocasionar o desmatamento, quanto pela junção de grande quantidade de animais da mesma espécie, aumentando a velocidade de mutação e fortalecimento do vírus. A floresta tem papel importante, pois devido a biodiversidade, o vírus demora um maior tempo para encontrar o próximo hospedeiro, reduzindo drasticamente o ciclo de desenvolvimento e mutação do vírus. É afirmado pelo autor que o surgimento de novos vírus em um menor espaço de tempo está associado direta e indiretamente à intensificação da exploração da natureza.

O Sars-CoV-2, o novo coronavírus, causador da pandemia de covid-19 que tem atravessado o mundo, representa apenas uma das novas cepas de patógenos que subitamente surgiram como ameaças aos seres humanos neste século. Entre elas estão o vírus da peste suína africana, a *Campylobacter*, o *Cryptosporidium*, o *Cyclospora*, os ebolas Makona e Reston, a bactéria *Escherichia coli* O157:H7, a febre aftosa, a hepatite E, a listéria, o vírus Nipah, o *Coxiellaburnetii* da febre Q, a salmonela, o vibrião, a yersínia e algumas novas variantes da influenza, como h1n1 (2009), h1n2 v, h3n2 v, h5n1, h5n2, h5n x, h6n1, h7n1, h7n3, h7n7, h7n9 e h9n2 (WALLACE, 2021, p. 336).

Segundo Wallace (2021), a agropecuária e a agricultura capitalista, que são segmentos do agronegócio, são modelos de produção que intensificam o desmatamento, além de intensificar e agilizar o processo de proliferação de patógenos, aumentando a velocidade do ciclo de mutações do vírus e de transmissões, “dos animais selvagens para os da pecuária e, destes, para os trabalhadores do setor” (Wallace, 2021, p. 336), e a partir do cenário apresentado pela economia globalizada de comércio e viagens há um maior espalhamento dos vírus pelo mundo, o que antes se restringia a uma determinada comunidade, atualmente há um maior alcance de contaminação, tendo as exportações e migrações papéis fundamentais nesse processo de expansão de doenças infecciosas.

As gripes aviária e suína altamente patogênicas, adaptadas para humanos, costumam surgir como infecções recém-identificáveis em operações intensivas, localizadas nas cercanias das principais cidades dos países totalmente industrializados ou em processo de industrialização. Das 39 transições de baixa e alta patogenicidade documentadas em gripes aviárias a partir de 1959, Dhingra et al. (2018) identificaram que apenas duas não teriam ocorrido em operações comerciais avícolas, em geral caracterizadas pela manipulação de dezenas ou centenas de milhares de aves. Por outro

lado, os eventos de rearranjo, no qual diferentes cepas de influenza h5 e h7 trocam segmentos genômicos, ocorreram em grande parte em países em transição econômica (WALLACE, 2021, p. 338).

Em uma entrevista, em 2021, Wallace diz que devido a atual degradação ambiental o espaço de tempo entre uma pandemia e outra reduzirá, o estudioso acredita que não irá demorar mais de 100 anos para o surgimento de uma pandemia mais grave, e dá exemplo da gripe espanhola de 1918. Ainda completamente dizendo “é muito provável que tenhamos a Covid-22, a Covid-23. Ou serão as próximas pandemias causadas pelos vírus influenza? Ou vai ser um vírus Nipah [que apareceu pela primeira vez na Malásia em 1998]?” (WALLACE, p.01, 2021).

4.2. Agronegócio e coronavírus

Após dois anos, apesar de mais controlada, ainda não terminou a pandemia do novo Coronavírus e outra possível pandemia já começa a causar preocupação a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se da varíola do macaco, a primeira morte no Brasil foi registrada no final de julho deste ano. Há quem acredite que seja o “fim dos tempos”, mas o surgimento dessas pandemias e a frequência que está ocorrendo entre uma pandemia e outra, tem explicações comprovadas e já era estudada pelo biólogo evolucionista Rob Wallace, no livro *Pandemia e Agronegócios: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*, publicado originalmente no ano de 2016, e traduzido para o português no ano de 2021. Em entrevista dada à *Publica* (Agência de jornalismo investigativo), Rob Wallace aponta que “o Agronegócio ‘é a junção perfeita de circunstâncias’ para surgimento de novas epidemias” (WALLACE, p.01, 2021), apontando o modelo industrial do agronegócio como responsável pelo frequente contato direto dos humanos com os animais selvagens, fator que ocasiona a transmissão de doenças.

Nós estávamos preocupados com sopa de morcego, mas não se trata apenas do animal, é mais sobre como ele está sendo integrado a um determinado modo de produção. Na China e em outros lugares, a vida selvagem está sendo incluída no modelo industrial do agronegócio. Parte do dinheiro que sustenta o agronegócio está começando a custear esse setor mais formalizado. Como estamos caminhando a passos largos para a destruição da Terra e de seus animais, o que sobra deles se torna cada vez mais valioso, e de repente se transforma em mais um meio de ganhar dinheiro. Resumindo,

os animais selvagens estão se tornando menos selvagens de duas maneiras: ao serem integrados à agricultura industrial e ao serem expulsos das florestas por conta de sua fragmentação (WALLACE, p.01, 2021).

Existe uma narrativa que o novo Coronavírus, causador da doença covid-19, foi criado em laboratório, na China, para desestabilizar a economia mundial. Essa narrativa trata-se de um discurso incomprovado, que mascara o real culpado da expansão do vírus, importante salientar que trazemos o termo “expansão” por considerarmos que o vírus já existia e por fatores externos foi expandido e a humanidade passou a ter contato com esse patogênico, em decorrência a isto, o vírus passa a sofrer mutações, portanto, na verdade, a pandemia se apresenta como resultado de um desequilíbrio ecológico.

Rob Wallace, no livro *Pandemia e Agronegócios: doenças infecciosas, capitalismo e ciência* (2020), afirma que o agronegócio propicia ambientes para a disseminação de vírus. Em sua obra, Rob Wallace, faz forte crítica à agropecuária e à monocultura, caracterizando-as como responsáveis pela destruição ambiental e, por consequência, pela expansão de vírus existentes nas florestas, através de suas múltiplas formas de destruição ambiental derivadas do modo de produção capitalista, que possuem um único objetivo que é lucrar.

Pandemias não é uma conspiração, nem deliberada por um grupo de forma proposital, isso se dá devido às produções em grande escala existentes no modo de produção capitalista, “as pragas são, em grande medida, a sombra da industrialização capitalista, ao mesmo tempo que atuam como o seu prenúncio” (BUALA, 2020).

Os casos óbvios de varíola, e de outras pandemias introduzidas na América do Norte, são exemplos muito simples, uma vez que a sua intensidade terá sido reforçada pela separação a longo prazo de populações na geografia física — e essas doenças já haviam, de qualquer modo, ganhado a sua virulência através de redes mercantis pré-capitalistas e da urbanização precoce na Ásia e na Europa. Se, pelo contrário, olharmos para Inglaterra, onde o capitalismo surgiu primeiro no meio rural através do despacho em massa de camponeses da terra para ser substituída por monoculturas de gado, vemos os primeiros exemplos destas claras pragas capitalistas. Três pandemias diferentes ocorreram na Inglaterra do século XVIII, entre 1709-1720, 1742-1760 e 1768-1786 (BUALA, 2020).

No artigo *Contágio Social: guerra de classes microbiológica na China*, (BUALA, 2020) é apontado que “as explicações sobre porque é que tantas epidemias parecem

surgir na China não são culturais, mas sim questões de geografia econômica”, isto é, levando em consideração que o modo de produção capitalista possui relação direta com o aparecimento e expansão de vírus, as doenças infecciosas aparecem de acordo com o modo de produção daquela região, se determinada região possui uma maior quantidade de indústrias e atividades comerciais voltadas a expansão do capital, há maior indício de surgimento de doença.

Isto é muito claro se compararmos a China com os EUA ou a Europa, quando estes eram centros de produção global e de emprego industrial em massa. E o resultado é essencialmente idêntico, com todas as mesmas características. Os animais mortos no meio rural afetaram a cidade devido a más práticas sanitárias e a contaminação generalizada. Este tornou-se o centro dos primeiros esforços liberais-progressistas de reforma nas zonas de classe trabalhadora, ilustrados pela recepção do romance de Upton Sinclair, *A Selva*, originalmente escrito para documentar o sofrimento dos trabalhadores imigrantes na indústria de embalagem de carne, retomado por liberais mais ricos, preocupados com as violações de saúde e as condições geralmente insalubres nas quais a sua própria comida era preparada (BUALA, 2020).

Estudiosos acreditam que o surgimento do vírus causador da covid-19, foi originado através de morcegos, no Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Wuhan, onde são comercializados animais silvestres. Rob Wallace em entrevista à Agência Pública, diz que “na china e em outros lugares, a vida selvagem está incluída no modelo industrial do agronegócio”, nesse cenário, vírus do novo Coronavírus que estavam presentes em alguns morcegos, tiveram a capacidade de contaminar a sociedade por meio do atual modelo de produção de alimentos. A globalização no modo de produção capitalista foi responsável pela expansão mundial do vírus “a ‘globalização’ permite a propagação mais rápida de tais doenças — ainda que aqui com um acréscimo importante, observando como esse mesmo processo de circulação também estimula a mutação mais rápida do vírus” (BUALA, 2020).

O modo de produção capitalista tem contribuído para o aumento e rápida expansão de pandemias no mundo, mediante a intensificação do domínio do meio ambiente, diante do cenário da globalização que contribui para a expansão, e desmonte dos mecanismos de proteção social e do trabalho existente.

Uma combinação de negligência e privatização degradou substancialmente este sistema, exatamente ao mesmo tempo que a rápida urbanização e a produção industrial não regulamentada de bens domésticos e alimentos tornou ainda mais necessária a generalização dos cuidados de saúde, para não falar da regulamentação alimentar, farmacêutica e de segurança. Hoje, a despesa pública da China com a saúde é de 323 dólares americanos per capita, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde. Este

número é baixo mesmo entre outros países de “rendimento médio superior” e é cerca de metade do gasto pelo Brasil, Bielorrússia e Bulgária (BUALA, 2020).

Estudiosos acreditam que a atual pandemia tem relação direta com o consumo de produtos de origem animal selvagem. Porém, é importante salientar que o problema não são os animais silvestres, mas sim o modelo de produção que invade cada vez mais o habitat natural dos animais.

O mercado de Wuhan, epicentro do surgimento do Coronavírus, se caracteriza exatamente por esses fatores, onde o morcego e o pangolim (personagens principais desse drama sanitário, entre outros animais amontoados como mercadorias vivas sob forte estresse), ocupam promiscuamente o mesmo espaço com o ser humano. Essa é a conjuntura ideal do transbordamento de um vírus (LAYRARGUES, 2020, p. 9 apud BARACHO, p. 06, 2021).

A China, entre os anos de 1959 a 1961, passou por um período conhecido como “três anos de fome”, onde a comida ficou escassa e muitos chineses morreram de fome, um dos fatores que ocasionou essa condição foi que devido a industrialização, houve grande aumento do êxodo rural, grande parte dos chineses moradores do campo foram para a cidade, diminuindo a habitação rural, conseqüentemente diminuindo a produção de atividades da agricultura. Esse processo se deu a partir da industrialização que estava surgindo na zona urbana da China.

O processo de industrialização da China fez com que diversas propriedades rurais antigas no país fundissem em uma densa paisagem urbana. De acordo com os dados do National Bureau of Statistics of China (NBS, 2020), no início da década de 50 uma parcela de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) do país era proveniente das atividades da Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca. Em 2020, esse setor correspondeu a apenas 8%. Em relação à população rural, no início dos anos 1950, 90% da população chinesa residia no campo, e, em 2020, esse percentual caiu para 36% (IPEA, 2021).

Apesar dos anos terem se passado, o presente sempre traz vestígios do passado. Atualmente, mesmo depois da retomada do acesso à alimentação na China, os chineses trazem em sua cultura o consumo de animais selvagens. Além do fator cultural, há o fator econômico, onde grandes indústrias se apropriam dessa condição para lucrar ainda mais e pequenos empreendedores buscam alternativas para seu sustento. Por esses fatores, existe o mercado de animais silvestres no Mercado

Atacadista de Frutos do Mar de Wuhan, onde eram vendidos animais silvestres de forma muito precarizada e insalubres.

A isto acrescem processos igualmente intensivos que ocorrem à margem da economia, onde são encontradas estirpes “selvagens” por pessoas forçadas a incursões agro-econômicas, cada vez mais extensas nos ecossistemas locais. O coronavírus mais recente, nas suas origens “selvagens” e na sua súbita propagação através de um centro fortemente industrializado e urbanizado da economia global, representa ambas as dimensões da nossa nova era de pragas político-econômicas (BUALA, 2020).

Através da transferência zoonótica os humanos foram infectados por vírus presentes em animais, sendo o morcego apontado como possível hospedeiro inicial. O mercado atualmente está fechado por tempo indeterminado.

O surgimento da doença em decorrência do novo vírus ocorreu por um processo chamado de *zoonose*, processo este que também deu origem a outras várias doenças. Esse processo significa um tipo de transbordamento de vírus ou micróbios de um hospedeiro para outro (LAYRARGUES, 2020 apud BARACHO, p. 05, 2021).

No artigo “Questão ambiental e pandemia: a destrutividade do sistema do capital na ordem do dia”, (BARACHO, 2021), é apresentado que a problemática ambiental está diretamente vinculada ao modo de produção capitalista, a autora aborda a relação entre a questão ambiental, crise estrutural do capital e a pandemia do novo Coronavírus. No artigo, a autora descreve que a pandemia do novo Coronavírus, responsável pela doença Covid-19, está relacionada ao processo de acumulação capitalista, o qual necessita da dupla exploração: do trabalhador e da natureza, para atingir seu objetivo, que é o lucro cada vez maior. Para isso, é necessário a produção em excedente, que tem como base a crescente exploração dos recursos da natureza e da força de trabalho da classe trabalhadora, os quais se tornam mercadorias para atingir esse fim, “essa dinâmica de exploração e acumulação capitalista cada vez mais se eleva e se amplia e seus efeitos destruidores se fazem sentir, e a atual pandemia do novo Coronavírus constitui expressão desse processo” (BARACHO, p. 02, 2021).

Desse modo, a atual pandemia tem anunciado a face destrutiva do sistema do capital de forma ainda mais assustadora, revelando as contradições inerentes a um sistema que tem no lucro o seu fim último, e que as consequências desse objetivo seja a própria devastação. A pandemia demonstrou a insustentabilidade da sociedade do capital, acirrando o cenário

de crise do capital, a qual tem na degradação ambiental as suas raízes. Essa degradação socioambiental é resultado das relações sociais vigentes, mediadas pela via do mercado. Dito isto, defendemos que o vírus não é a crise, o sistema capitalista é a própria crise (GOUVÊA, 2020; MASCARO, 2020 apud BARACHO, p, 02, 2021)

O ser humano criado em uma sociedade individualista, vê-se no direito de invadir lugares que não os pertencem, invadem terras indígenas e quilombolas, depois buscam através de vias ilegais a regularização do território para lucrar, utilizam de forma excessiva recursos naturais esgotáveis, retiram animais de seu habitat natural por meio de caça esportiva, ou como forma de negócio. É comum noticiários divulgando ações voltadas à destruição ambiental, e muitas dessas ações são realizadas de forma ilegal. O mesmo meio de comunicação que divulga noticiários com frequência sobre tais destrutividades ambientais, é o mesmo que divulga em sua propaganda que “o Agro é POP, o Agro é Tudo” trazendo nessas propagandas uma imagem do agronegócio como salvador da pátria, mas como apontamos, o Agronegócio é o principal responsável pelos desmatamentos, pelas queimadas, por agrupamentos de animais da mesma espécie dando um cenário ideal para proliferação e rápida mutação de patogênicos, entre outros malefícios.

Compreendemos que os problemas ambientais e os problemas sociais estão intrinsecamente ligados ao processo de exploração e dominação capitalista. “A questão ambiental não está apartada das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, ou seja, das relações sociais (e de produção) capitalistas” (BARACHO, p. 05, 2021).

Muitos dos problemas ambientais estão interligados com problemas sociais, ambos sendo resultado de um modelo essencialmente capitalista, que se baseia na ideologia de acumulação infinita de capital, que tem como consequência a origem e intensificação das expressões da questão social.

A dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é a crise (MASCARO, 2020, p. 5 apud BARACHO, p. 05, 2021).

A atual crise da pandemia do novo Coronavírus, não trata-se apenas de uma crise viral, “trata-se de uma crise eminentemente social e histórica” (MASCARO, 2020, p. 5 apud BARACHO, p. 05, 2021), que deu-se início a partir do momento em que uma pequena parcela da população tornou-se exclusivamente donos dos meios de produção, e outra maior parte passou a não ter nada para vender além da sua força de trabalho, iniciando um processo de dupla exploração: da força de trabalho e da natureza.

4.3 Os efeitos devastadores da crise do coronavírus sobre os trabalhadores

A Organização Mundial da Saúde, em março de 2020, declarou situação de pandemia do novo coronavírus e recomendou o distanciamento social para evitar uma explosão no número de casos e mortes. Diante de um cenário catastrófico, a pandemia trouxe alguns embates sociais, referente ao modo que a situação deveria ser conduzida. As opiniões públicas passaram a ser guiadas por opiniões de cunho político-partidário, tendo como uns dos principais debates o segmento econômico. Na ideologia de direita, apesar dos dados alarmantes de casos e óbitos devido a covid-19, a gravidade do vírus era sempre diminuída (esse discurso sempre sendo legitimado pelo presidente Jair Bolsonaro), e a economia era vista como um setor que não poderia parar em hipótese alguma. Na ideologia da esquerda, houve uma preocupação com a gravidade do vírus e suas consequências, diante disso, a economia não deveria se sobrepor a vida do trabalhador. Mas afinal, o que deve ser priorizado? A economia ou a vida?

É fato que a economia sofreu grande retração devido a pandemia do novo coronavírus e os decretos solicitando o isolamento social, com isso, ocorrendo o fechamento de empreendimentos não considerados essenciais, e medidas tomadas pelos donos dos negócios fizeram com que diversas pessoas ficassem desempregadas. Antes do período da pandemia, o desemprego no Brasil já era uma expressão da questão social bastante alarmante e discutida por possuir alto índice. No sistema capitalista que estamos inseridos, para a reprodução do capitalismo, é fundamental a existência do desemprego, para que o capitalista tenha condições de garantir cada vez mais a acumulação do capital, através da exploração e precarização da força de trabalho do trabalhador. O desemprego, quando não exclui o trabalhador

do mercado de trabalho, dá condições ao capitalista de contratar os trabalhadores em condições precarizadas.

A pandemia foi um acontecimento que causou uma catástrofe mundial, as expressões da questão social já existentes nos países marcados pela desigualdade social foram ainda mais intensificadas. O trabalhador passou a sobreviver se “equilibrando em uma corda bamba”, de um lado a morte, do outro, a fome. Como ocorreu o isolamento social, mesmo que ainda com suas (grandes) falhas, o comércio e outros locais considerados não essenciais foram fechados. Como medida para redução de gastos, houve demissões em massa. De acordo com o estudo realizado pela empresa IDados (2021), por meio da divulgação de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, no início da pandemia, em 2020, no mês de agosto, no período mais agudo da crise, quase 1,4 mil brasileiros perderam o emprego por hora. Neste momento, foram registrados 81,6 milhões de ocupados, em comparação a dezembro de 2019, período antes da pandemia, no Brasil, foram registrados 94,5 milhões de pessoas com algum trabalho.

É fato que a pandemia do novo Coronavírus acarretou grandes prejuízos à economia, e os impactos foram ainda maiores na vida da classe trabalhadora. Sabendo-se que a pandemia intensificou e escancarou a desigualdade social no Brasil, também é importante levar em consideração os recortes existentes dentro da classe trabalhadora, onde revela que os pretos e pobres foram os mais afetados pela pandemia do novo Coronavírus. Em uma sociedade estruturalmente racista e machista, as mulheres pretas estão à margem da sociedade. Todos os reflexos oriundos da desigualdade social, têm maior impacto nas mulheres pretas e pobres, fator determinado pela desigualdade de raça e de gênero.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE (2022), a partir da pesquisa realizada pelo FGV\Ibre, no primeiro trimestre deste ano (2022), 48,8 milhões de mulheres pretas em idade para trabalhar, apenas metade estava inserida no mercado de trabalho de carteira assinada, correspondente a 51,2%, em comparação aos homens brancos, 72,2% estavam inseridos no mercado de trabalho de carteira assinada. A alternativa encontrada para ter acesso a aquisição de meios de subsistência é através do mercado informal, de acordo com essa mesma pesquisa (2022), 43,3% das mulheres negras estão no mercado informal, porcentagem superior à média nacional, que atualmente é 40,1%.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, o índice de informalidade no mercado de trabalho bateu recorde, tendo 48,7% de trabalhadores informais, de acordo com o IBGE isso significa mais de 42,7 milhões de informais.

Vivemos no Brasil os efeitos de uma economia que já adentrou à crise sanitária estagnada, com crescimento em 2019 de apenas 1,1%, e com o seu sistema de proteção ao emprego esfacelado pela reforma trabalhista de 2017. Atualmente, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira sobrevive na informalidade (FROTA, 2021).

De acordo com pesquisa realizada pelo IPEA, a partir de dados calculados com base na Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre os impactos da crise sanitária no mercado de trabalho, os trabalhadores por conta própria foram os mais prejudicados pela pandemia em 2020, em relação ao rendimento do ano de 2019 (pré pandemia), eles receberam apenas 76% da renda habitual no segundo trimestre de 2020 e, no quarto trimestre, atingiram 90%.

Estes trabalhadores em sua maioria não possuem acesso ao sistema de seguridade social, por não possuírem verba suficiente para contribuir com a previdência social, e esses trabalhadores em sua maioria são públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), ambos segmentos da seguridade social brasileira, e que nos governos neoliberais sofrem consecutivos desmontes, até mesmo no período da pandemia.

Além da retração do emprego e das oportunidades de trabalho, cerca de 60% da população economicamente ativa (trabalhadores informais, por conta própria e urberizados) são exclusivamente dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS) e não possuem nenhuma proteção social, na forma de seguro desemprego ou benefício previdenciário (LUCCA, 2020).

Em governos neoliberais, que seguem à risca os preceitos capitalistas, mesmo diante de um cenário pandêmico, no Brasil ocorreram contrarreformas neoliberais e flexibilização de direitos trabalhistas. No capital contemporâneo, mesmo diante de um cenário pandêmico os avanços destrutivos continuam, o único interesse do capitalista é expandir seu capital, sem considerar os impactos causados na vida do trabalhador (principalmente os mais vulneráveis) e no equilíbrio socioambiental. Com isso, a desigualdade social já existente em períodos pré pandemia, passam a ser

intensificada diante da pandemia do novo coronavírus, tanto pela junção dos fatores já existentes no capitalismo contemporâneo, quanto pelos desastres que uma pandemia traz a uma população, principalmente quando esta é regida por necropolíticas, e o acesso a direitos humanos básicos já eram violados.

No artigo divulgado pela AMATRA (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª região - DF/TO, Frota (2021), afirma que é uma falácia afirmar que o vírus é democrático, levando em consideração a imensurável desigualdade socioeconômica existente na sociedade mundial, e em particular, a qual estamos tratando, brasileira, e o agravo da desigualdade social e suas múltiplas facetas que foram intensificadas na pandemia da covid-19.

Vivemos em uma sociedade na qual existem pessoas que não têm acesso a bens tidos como direitos constitucionais, como a moradia, a alimentação, assistência à saúde, à alimentação, e ao trabalho. Além dessa parcela de pessoas sem o mínimo acesso aos direitos, têm indivíduos que trabalham, porém, de forma precarizada e o cumprimento do isolamento social não é uma opção para essas pessoas, ou por precisarem ir às ruas para ganhar seu “pão de cada dia”, ou por medo de ser demitido, “a classe trabalhadora vive sob intenso fogo cruzado, entre a fome e o vírus, mostrando que a letalidade pandêmica tem classe social, com todos os ingredientes intercruzados de cor e de gênero” (ANTUNES, 2020 apud FROTA, 2021). Esses fatores fazem-nos observar que a pandemia teve maior impacto na vida de pessoas mais pobres.

Esses são os espaços de ocupações oferecidos pelo “éden” da desproteção trabalhista, cada vez mais situados no lócus da precariedade, obrigando aos que precisam do trabalho a viver da incerteza do hoje e da imprevisão do amanhã. E diante de uma pandemia letal, é esse trabalhador brasileiro sem nome, desguarnecido das travas de segurança, que morre nas filas dos hospitais porque não tem sequer o direito de se cuidar. É também ele que, premido pela necessidade, se vê compelido a engrossar o coro contra as medidas de isolamento social, insuflado pela ameaça cínica dos patrões de jogá-lo à miséria do desemprego. Mas quando a sua voz é calada pela fatalidade do vírus, não há sequer um grito de lamento, porque assim é a tragédia do capitalismo (FROTA, 2021).

A discussão sobre a pandemia do novo coronavírus está para além do fator economia, ao falarmos sobre desigualdade social, não estamos falando apenas sobre

o não acesso a dinheiro, e sim, sobre a contradição entre capital e trabalho, estamos falando sobre indivíduos que têm seus direitos violados cotidianamente. E mesmo em tempos sem pandemias, esses indivíduos já viviam à margem da sociedade, em uma luta diária pela sobrevivência. Então o discurso que a “economia não pode parar”, tem o objetivo de continuar favorecendo aqueles que já estavam sendo favorecidos, e agora, colocando em risco a vida daqueles que vendem sua força de trabalho diante da alta taxa de mortalidade do vírus.

O corpo é moldado para servir ao capitalismo e, depois, quando se encontra sem utilidade, é descartado. Trata-se de um corpo-objeto, um corpo-mercadoria, e não um corpo-vivente. Não há espaço, no capitalismo, para que a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras adquira uma posição de centralidade, pois tal sociabilidade [do capitalismo] produz o apagamento do ser, reduzindo-o a mera força de trabalho a ser explorada (MIRANDA, 2021, p.83 apud FROTA, 2021).

Segundo Wallace (2021), a pandemia da Covid-19 não se restringe à infecção dos indivíduos com vírus da SARS-CoV-2, está ligada também ao modo de intervenção do governo. No Brasil, o governo Bolsonaro “adotou a negligência” como medida de enfrentamento a covid-19. Diante do cenário pandêmico em que estamos vivenciando, as vacinas tiveram e têm fundamental importância em salvar vidas, porém, apesar de eficazes – mesmo diante de um lento de imunização no Brasil –, não basta apenas a imunização. Os programas de austeridades, com bases neoliberais, visam reduzir os cortes de gastos estatais, com isso, afetando as políticas públicas (saneamento, saúde, entre outros).

No Brasil, em dias sem pandemia a precarização da rede de saúde já era evidente, na pandemia foi intensificada, tanto na precarização de materiais necessários, quanto em recursos humanos.

Os esforços do governo Bolsonaro para a brutal retração do Estado no campo social podem ser exemplificados, em sua gravidade, se considerarmos os gastos com o Sistema Único de Saúde (SUS), fundamental para a população, ainda mais neste momento (...) Segundo dados veiculados por Souza (2020) no Jornal Brasil de Fato, “enquanto em 2017, quando a Emenda Constitucional 95 passou a vigorar, os gastos com os serviços públicos de saúde representavam 15,77% da arrecadação da União, em 2019, os

recursos destinados à área representaram 13,54% (SOUZA, A.; SOUZA, G.; OLIVEIRA, 2020, p. 46, 47)

Além dos cortes de investimento na saúde, o governo negou a ciência e incentivou o não fechamento dos comércios. Em entrevista à rádio Bandeirantes, em 2020, Bolsonaro reafirma o seu posicionamento referente ao fechamento do comércio, utilizando o discurso de que a economia não pode parar, essa é a preocupação que eu tenho. Se a economia afundar, afunda o Brasil. E qual o interesse, em parte, com toda certeza, dessas lideranças políticas? Se acabar a economia, acaba qualquer governo. Acaba o meu governo. É uma luta de poder”. Também foi defendido pelo presidente a imunização por rebanho, sendo que este modo de enfrentamento ao vírus, já tinha sido descartado por estudiosos da área, o epidemiologista Rob Wallace, em entrevista Agência Publica (2021), faz crítica a esse modo de enfrentamento ao vírus, adotado por governos neoliberais de direita, justificando que esse método trata-se de uma abordagem malthusiana, permitindo que o vírus se espalhe e que o próprio organismo crie o anticorpos, colocando em alto risco a vida daqueles que for contagiado, esse modo de enfrentamento traz junto a desvalorização da vacinação, mesmo diante de estudos que comprovam que a vacinação provoca uma resposta muito mais forte e segura, assim, diminuindo a mortalidade da população.

A filosofia política genocida já ocorria muito antes do surgimento da Covid-19, portanto, de certa forma, não nos surpreendemos com ela. Mesmo assim é horrível, porque do que vale um governo que não consegue proteger sua população? (WALLACE, 2021)

O modo de sistema capitalista, inserido na doutrina do neoliberalismo, atua de modo a ter Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Todas as políticas voltadas à classe trabalhadora são com a intenção de manutenção da vida da classe trabalhadora para continuar o ciclo de exploração. O discurso de que “a economia não pode parar” coloca em evidência a banalização da vida dos trabalhadores, demonstrando que a classe trabalhadora só tem valor se tiver produzindo (gerando lucro), caso não esteja em condições de produzir, ela será descartada. “A vida humana só importa enquanto servir aos propósitos de acumulação de riquezas, e a pandemia apenas escancara essa realidade”. A forma de enfrentamento do governo Bolsonaro

ao novo Coronavírus, coloca a economia acima da vida do trabalhador (FROTA, 2021).

É de interesse da classe dominante, de que na classe dominada aconteça explicações e crenças dos discursos que diminuem a gravidade real da pandemia do novo coronavírus, de que “só é uma gripezinha”, “a economia não pode parar”, apesar da visível vulnerabilidade que essa classe trabalhadora adentrou ainda mais devido a pandemia.

Antônio Gramsci em suas obras, traz o termo “hegemonia”, como denominação da capacidade de alcançar aceitação e convencimento das grandes massas para seu projeto de sociedade, e a “hegemonia burguesa” tem a finalidade de fazer com que integrantes da classe trabalhadora sintam-se pertencentes a classe dominante, ou que sintam-se dependentes e/ou agradecidos pela possibilidade de “ascensão social”, assim defendendo os interesses do capitalista. Na sociedade de classes, a moral burguesa cumpre uma função importante para reprodução do capital, impulsionando o individualismo e o narcisismo.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007, p. 95 apud OLIVEIRA JUNIOR, COELHO, 2020)

Os trabalhadores são necessários para reprodução do capital, na mesma intensidade que são supérfluos para o capital. A pandemia expôs a perversidade do sistema e mostrou que por trás da retórica de defesa da economia, na verdade há uma falta de valor na vida de quem realmente cria valor.

Para o capital, tudo é mercadoria, e a roda do mundo apenas gira em torno dos imperativos da sua autorreprodução. É assim com o meio ambiente, com a força de trabalho e com a própria vida humana, todos sujeitos ao descarte e à destruição (FROTA, 2021).

Os trabalhadores são obrigados a enfrentar a morte e defender os lucros do capital, vivenciando com a prova de que o capitalismo tende a passar por cima de

tudo e todos para continuar lucrando, inclusive por cima de vidas. E essa característica cruel do capitalismo foi escancarada na pandemia do novo coronavírus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o trabalho de pesquisa, tínhamos o interesse de estudar sobre a relação do modo de produção capitalista com as endemias e pandemias existentes por todo o mundo. Para isso, foi importante estudarmos sobre a dupla exploração existente no modo de produção capitalista: exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e exploração do meio ambiente. A pesquisa partiu da hipótese de que já existia o surgimento de doenças infecciosas causadoras de epidemias em todo o mundo, porém, a partir do surgimento do modo de produção capitalista, essas doenças passaram a ser desenvolvidas e expandidas em uma proporção mais elevada e em um menor espaço de tempo.

No decorrer do trabalho deu-se a confirmação da hipótese, verificando-se que a forma de manutenção do capitalismo é através da mercantilização da mão de obra do trabalhador e da natureza, considerando o agronegócio como uma rede de negócios primordial para a expansão do capitalismo e para destruição do meio ambiente, e suas drásticas consequências ambiental e social.

Diante dos estudos, constata-se que o objetivo foi atendido, levando em consideração que o trabalho apresentou a imensurável contribuição do capitalismo, ao surgimento e expansão de doenças infecciosas, sendo observado seu poder de destruição ambiental associado a exploração da classe trabalhadora, de modo a garantir a acumulação de riquezas dos capitalistas.

No desenvolvimento da nossa pesquisa entramos no tema do novo Coronavírus, levando em consideração a proporção de alastramento mundial da doença, e o impacto mundial causado pela mesma recentemente. No Brasil, mesmo diante de um vírus altamente mortal, trabalhadores foram submetidos às atividades econômicas cotidianas em prol da manutenção do capitalismo, colocando a economia do país acima de suas vidas. Entre as reflexões existentes diante dessa pauta,

trazemos a reflexão sobre a importância do desemprego (exército industrial) para o capitalista, sendo considerado importante instrumento para o capitalista criar maiores condições de explorar a força de trabalho da classe trabalhadora. Ou seja, no decorrer dos nossos estudos foi recorrente a constatação de que o capitalismo sempre encontra mecanismos para acumular ainda mais capital.

A pesquisa deste trabalho foi realizada através de referenciais bibliográficos, mas enfatizamos a importância da abrangência sobre o tema no âmbito do serviço social. Sendo importante a atuação da categoria de assistentes sociais, com o propósito de mostrar para além da exploração da classe trabalhadora, assunto tão discutido, mostrar uma face menos discutida, que é a exploração e destruição do meio ambiente, que está ligada cumulativamente à exploração da classe trabalhadora, e que acarreta grandes consequências sociais e econômicas, afetando principalmente os mais vulneráveis socialmente, que já possuem seus direitos violados cotidianamente, e que através das consequências causadas por essa dupla exploração, passam a terem intensificação dessas violações.

Não podemos deixar de apontar a superação do modo de produção capitalista como alternativa de neutralização do problema. Precisamos urgentemente adotar o equilíbrio como características de nossas relações, no qual seja extraído da natureza o essencial para manutenção de nossa sobrevivência, e que o trabalho não seja pautado na exploração do homem sobre o homem. Para que assim possamos alcançar um mundo mais harmônico e livre das destruições ambientais, das desigualdades sociais e suas expressões. É um mundo distante, mas não inalcançável, e só é possível a concretização através da luta.

REFERÊNCIAS

BARACHO, Gessyca Andrea De Lima. **Questão ambiental e pandemia: a destrutividade do sistema do capital na ordem do dia**. Revista Katálysis, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HZWQ9qttjXgJkZhGqTRsbYP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

BISPO, Scarlett Queen Almeida; MARTINS, Michelle Marcia Viana ; CECHIN, Alicia. **Evolução da agricultura chinesa: da fome às reformas de desenvolvimento do setor**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10961/1/NT_Evolucao_da_agricultura_chinesa_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

CARCANHOLO, Reinaldo. **CAPITAL: essência e aparência**. Expressão Popular. 2011. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s1n05cc>. Acesso em: 20, janeiro, 2022.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 de out, 2022.

CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. ESALQ, USP, 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 20 set. 2022.

COLETIVO CHUĂNG. **Contágio Social: guerra de classes microbiológica na china**. BUALA, 2020. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/contagio-social-guerra-de-classes-microbiologica-na-china>. Acesso em: 20 set. 2022.

Coronavírus Brasil. **Ministério da Saúde**, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 11 nov. 2022.

FEIJÓ, Janaína. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho.** Blog do IBRE, 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 20 set. 2022.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. **Imperialismo Ecológico: a maldição do capitalismo.** Socialist, 2004. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/IMPERIALISMO-ECOLÓGICO%3A-A-MALDIÇÃO-DO-CAPITALISMO-Foster-Clark/036c25fff00de263dc4144207a66aad0e63839d6>. Acesso em: 20 set. 2022.

FROTA, Francisco Luciano De Azevedo. **A pandemia, o trabalho e a política da morte.** ANAMATRA, 2021. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/30985-a-pandemia-o-trabalho-e-a-politica-da-morte>. Acesso em: 20 set. 2022.

Histórico da pandemia de COVID-19. **Organização Pan-Americana de Saúde,** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em 18 out. 2022.

"I" de imperialismo ecológico. Glossário 012. [S.L.:s.n.], 2021. 1 vídeo (14:34). Publicado pelo canal Tese Onze. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNw5eSGVP68>. Acesso em: 03, outubro, 2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo do Ipea relaciona medidas antidumping ao aumento do poder de mercado de empresas petionárias.** IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias?start=430>. Acesso em: 20 set. 2022.

JÚNIOR, Geraldo Coelho De Oliveira. **O conceito de hegemonia em Gramsci: possibilidades de compreensão a partir da educação.** Marília, v. 21, n. 2, p. 159-174, Jul./Dez, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjp066LhNf7AhVHqpUCHd1KATcQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.marilia.unesp.br%2Findex.php%2Forgdemo%2Farticle%2Fview%2F9737%2F7035&usg=AOvVaw2oggfu0huVdggq59C-oYUCH>. Acesso em: 20 set. 2022.

LESSA, Sérgio. **Ética, Política e Serviço Social.** In: Revista Katalysis, UFSC: Florianópolis, 2005. V. 8, n. 2. 2005.
Marx, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Boitempo. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em: 03, outubro, 2021.

LESSA, Sérgio. **O Processo de Produção/reprodução social;** Trabalho e Sociabilidade. 2005. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/51232924/o-processo-de-producao->

reproducao-social-trabalho-e-sociabilidade-sergio-lessa/5. Acesso em: 20, janeiro, 2022.

LUCCA, Sergio Roberto De. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo, 2020. Disponível em:

http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/pages/iframe_print.php?aid=1189. Acesso em: 20 set. 2022.

MENEGASSI, Duda. **Relatório expõe agronegócio como grande motor do desmatamento ilegal de florestas**. O ECO, 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/relatorio-expoe-agronegocio-como-grande-motor-do-desmatamento-ilegal-de-florestas/>. Acesso em: 20 set. 2022.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Revista Outubro, 2015. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Editora Cortez. 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/525331/mod_resource/content/0/NETTO%2C%20José%20Paulo%20%20BRAZ%2C%20Marcelo.pdf. Acesso em: 20, janeiro, 2022.

NETTO, J. P. **Crise do capital e consequências societárias**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 de out, 2022.

PAPP, Anna Carolina et al. **Em um ano de pandemia, 377 brasileiros perderam o emprego por hora**. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/24/em-um-ano-de-pandemia-377-brasileiros-perderam-o-emprego-por-hora.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em 18 out. 2022.

QUINTANA, A. C; HACON, V. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental**. O Social em Questão, ano XIV, nº 25/26, 2011. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf. Acesso em: 11 de out, 2022.

SOUZA, Adrianyce A. Silva de; OLIVEIRA, Ana Cristina; SOUZA, Giselle. **Pandemia e Conservadorismo no Brasil: fundamentos e conjuntura recente**. EPSJV, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/44928/Crise_e_Pandemia_EPSJV_2020.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 20 set. 2022.

Wallace, Rob. **Agronegócio “é a junção perfeita de circunstâncias” para surgimento de novas epidemias.** Anna Beatriz Anjos. Agência de Jornalismo Investigativo. 22, abril, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/04/rob-wallace-agronegocio-e-a-juncao-perfeita-de-circunstancias-para-surgimento-de-novas-epidemias/>. Acesso em: 03, outubro, 2021.

Wallace, Rob. **PANDEMIA E AGRONEGÓCIO.** Elefante. Elefante & IgraKniga. 2020. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/produto/pandemia-e-agronegocio>. Acesso em: 03, outubro, 2021.

Zacarias, Rachel. **O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A DESTRUIÇÃO AMBIENTAL: uma visão crítica.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo11.pdf>. Acesso em: 03, outubro, 2021.